

“Ativismo social como possibilidade de enfrentamento da violência urbana”

por

Katerine da Cruz Leal Sonoda

Dissertação apresentada com vistas à obtenção do título de Mestre em Ciências na área de Saúde Pública.

*Orientadora principal: Prof.^a Dr.^a Simone Gonçalves de Assis
Segunda orientadora: Prof.^a Dr.^a Miriam Schenker*

Rio de Janeiro, fevereiro de 2012.

Esta dissertação, intitulada

“Ativismo social como possibilidade de enfrentamento da violência urbana”

apresentada por

Katerine da Cruz Leal Sonoda

foi avaliada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.^a Dr.^a Maria Cecília de Mello e Souza

Prof.^a Dr.^a Suely Ferreira Deslandes

Prof.^a Dr.^a Simone Gonçalves de Assis – Orientadora principal

Catálogo na fonte

Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica

Biblioteca de Saúde Pública

S699 Sonoda, Katerine da Cruz Leal

Ativismo social como possibilidade de enfrentamento da
violência urbana. / Katerine da Cruz Leal Sonoda. -- 2012.

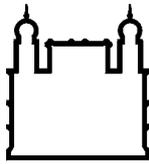
ix,99 f. : il. ; graf.

Orientador: Assis, Simone Gonçalves de
Schenker, Miriam

Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública
Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2012

1. Violência. 2. População Urbana. 3. Impactos na Saúde.
4. Ativismo. I. Título.

CDD - 22.ed. – 303.6098153



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

A U T O R I Z A Ç Ã O

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, por processos fotocopiadores.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2012.

Katerine da Cruz Leal Sonoda

CG/Fa

Serviço de Gestão Acadêmica - Rua Leopoldo Bulhões, 1.480, Térreo – Manguinhos-RJ – 21041-210

Tel.: (0-XX-21) 2598-2730 ou 08000-230085

E-mail: secasp@ensp.fiocruz.br Homepage: <http://www.ensp.fiocruz.br>

Para o bebê mais lindo do mundo, Gabriel, que nos fez sorrir novamente.

Agradecimentos

Este mestrado foi uma continuação de estudos que iniciei na minha graduação em Psicologia na UFRJ. Foi, assim, resultado dos desafios e metas de traçados há alguns anos. Quando paro para pensar nestes últimos 24 meses, que foram extremamente corridos, sinto muito orgulho por ter conseguido realizar esta pós-graduação com sucesso. Está claro que não fiz este trabalho sozinha. Tive a ajuda de muitas pessoas que, direta e indiretamente, fizeram parte disso. Agradeço, então:

Às minhas orientadoras, Simone e Miriam

Meu mestrado foi um trabalho realizado a seis mãos. Não poderia, assim, deixar de começar agradecendo com muito carinho a ajuda que tive de minhas orientadoras. Sou muito abençoada por ter conhecido as duas e ter tido a oportunidade de trabalhar junto com elas. Serei eternamente grata por tudo que aprendi com vocês!

Aos meus entrevistados e funcionários das instituições que participaram desta pesquisa; que confiaram em mim e dividiram suas histórias de medos, desventuras e esperança. Este trabalho é, em primeiro lugar, para vocês.

À minha família linda, que fizeram de mim uma pessoa feliz: mami, papito, polly, primos, tios e avós, que morro de orgulho e de amor. E agora também de saudade porque escolhi viver em outro Estado;

À minha avó Gilda, em especial, que está dodói agora, mas que sempre foi muito forte e sempre me incentivou e me ajudou;

Ao meu amor e marido, Luiz Alberto, o guim, que é a alegria da minha vida;

Às professoras que participaram deste desafio comigo, durante as aulas no Claves, e me apoiaram nos momentos de angústia e aprendizagem: Patrícia Constantino, Liana Wernersbach e Joviana Avanci. E aquelas que participaram em minha qualificação e defesa, Suely Deslandes e Cecilia de Mello e Souza;

Aos professores que serão sempre referência para mim, Tania Maciel, Rita Louzada, Marcelo Lopes de Souza e Antonio Geraldo Peixoto.

Aos queridos colegas de mestrado: Salvador, Cláudia, Paloma, Naira e Angélica. Valeu a companhia, as discussões, as angústias que vivemos juntos! Espero que sejam amigos para sempre e que o tempo e a distância não nos afaste.

Aos funcionários da secretaria acadêmica da Escola, sempre muito atenciosos e prestativos!
Ao Paulinho, do Claves, pela simpatia e ajuda com os equipamentos. E é claro, pelo cafezinho nosso de todas as aulas.

Aos colegas e amigos, velhos e novos, que fazem a vida ser divertida: Sebaba, lili (amiga de toda vida), Márcia Rosa (perua mãe), quel e os Altamente Especializados da UFRJ: Jorge, pri, vini, Roberto, Yuri, Shana e Eric. E ainda aos novos e já muito amados amigos de Brasília, em especial a que se tornou minha irmã mais velha, Pat (que me ajudou também na revisão final do texto).

Agradeço, por fim, ao Conselho Nacional de CNPq, pela muito bem vinda bolsa de estudos durante a realização deste mestrado.

Resumo

O tema principal deste trabalho, a violência urbana na cidade do Rio de Janeiro, é um fenômeno relativamente novo datado historicamente há poucas décadas. O medo de sofrer uma agressão ou outro crime violento não é novidade na cultura brasileira, mas se tornou rotineiro e mais intenso nas últimas décadas, ganhando destaque na mídia, nas instituições e na vida de todo cidadão. Através das múltiplas manifestações, a violência pode ter impacto sobre a saúde física e psíquica de quem a comete, de quem a recebe e também de quem a assiste. Uma vez impactado, as reações de um indivíduo podem ser as mais diversas, com diferentes graus de mobilização na vida dos sujeitos. No Brasil, a violência é a segunda principal causa de mortalidade global, sendo considerada como um dos mais sérios problemas para a saúde pública. O objetivo geral desta pesquisa foi investigar a participação dos sujeitos em um ativismo social como fator de enfrentamento e/ou ressignificação da violência urbana. Os objetivos específicos foram conhecer a vivência da violência urbana expressa pelos entrevistados em cada uma das instituições; estudar as principais formas de enfrentamento da violência pelos coordenadores, diretores e funcionários entrevistados e refletir sobre possíveis relações entre as vivências de violência na saúde desses sujeitos. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da ENSP/Fiocruz. Realizei catorze entrevistas semi-estruturadas, em profundidade, com membros de quatro instituições cariocas de enfrentamento da violência urbana, que foram vítimas diretas ou indiretas desse tipo de violência. O número de entrevistados levou em conta o critério da saturação de respostas. A análise dos dados obtidos em campo foi efetuada a partir da técnica de análise de conteúdo temática. Como resultados principais, destaco que a violência urbana se mistura e influencia a história de vida dos ativistas, onde o cotidiano e as atividades diárias foram modificados pelas experiências de violência urbana. A maior parte dos entrevistados (10 em 14) afirmou ter tido a saúde alterada ou prejudicada por conta da violência. A lógica interna do grupo pesquisado aponta ainda que, ao contrário do que possa parecer, a atitude de lidar com a violência é uma forma de proteção porque levou à construção de estratégias de enfrentamento e/ou redução da violência urbana. O ativismo surge em suas vidas como forma diferenciada de se contrapor à violência urbana, ressignificando as experiências sofridas.

Palavras-chave: Violência urbana, ativismo, saúde.

Abstract

The main theme of this work, urban violence in the city of Rio de Janeiro, is a relatively new phenomenon historically dated a few decades ago. The fear of suffering an aggression or other violent crime is not new in Brazilian culture, but it became habitual and more intense in past few decades, gaining prominence in the media, institutions and in the life of every citizen. Through its multiple manifestations, violence can have an impact on the physical and mental health of those who practice, suffer and \or witness violent acts. Once impacted, the reactions of individuals may be broadly diverse, encompassing varying degrees of mobilization in each individual's life. In Brazil, violence is the second leading cause of overall mortality, regarded as one of the most serious problems to public health. The objective of this research is to investigate the participation of individuals in social activism as a element for coping and / or redefining urban violence. The specific objectives are to acknowledge the experience of urban violence expressed by respondents in each institution; study the most relevant ways to combat violence by the coordinators, directors and employees interviewed and reflect on possible relations between the experiences of violence on health of these subjects. The study was submitted to the Ethics Committee of the ENSP / Fiocruz. Fourteen in depth semi-structured interviews with four members of Rio de Janeiro's urban violence coping institutions were conducted, which subjects that were direct or indirect victims of violence. The number of respondents took into account the criterion of saturation responses. A thematic content data analysis was performed and highlight results such as that urban violence is mixed and influences the life history of activists, where daily life and daily activities were changed by the experiences of urban violence. The majority of respondents (10 out of 14) said they had changed or impaired health due to the violence. The internal logic of the research group also shows that, contrary to previous expectations, the attitude of dealing with violence is a protective factor because it led to the construction of coping strategies and / or reduction of urban violence. Activism comes in their lives differently and to counter urban violence, giving new meaning to the experiences suffered.

Keywords: Urban violence, activism, health

Sumário

Introdução.....	1
1. Marco teórico.....	8
1.1. Violência: um problema de saúde pública	8
1.2 Violência urbana e produção do espaço na fobópole	11
1.3 Ativismos sociais como possibilidade de ‘enfrentamento’ da violência urbana	18
2. Sobre a natureza e o processo da pesquisa	24
3. “A violência está em toda parte”: Relatos de ativistas na cidade do Rio de Janeiro	41
3.1 Sobre as ações desenvolvidas pelos ativistas em suas instituições	43
3.2 “Me sinto um pássaro preso na gaiola”: o “cotidiano violentado” dos ativistas cariocas .	45
3.3 Do: “Eu tinha guerra direto” até o “Nunca tive problemas, graças a Deus”: As experiências de violência urbana.....	50
3.4 Sobre como o cotidiano e as atividades diárias foram alteradas com as experiências de violência urbana	60
3.5 Do “Eu não tenho sequelas” até o “Eu fiquei tão ruim...”: sobre como a saúde foi afetada pela violência urbana.....	64
3.6 “Do luto à luta”: Formas de enfrentamento do cotidiano violento.....	70
4. Considerações finais.....	84
Referências consultadas.....	93
Anexo - Roteiro de entrevista semi-estruturado	99

Introdução

O tema deste trabalho, a violência urbana na cidade do Rio de Janeiro, é um fenômeno relativamente novo datado historicamente há poucas décadas. O medo de sofrer uma agressão ou outro crime violento não é novidade na cultura brasileira, mas tornou-se rotineiro e mais intenso nas últimas décadas, ganhando destaque na mídia, nas instituições e na vida de todo cidadão. Frente à violência vivenciada cotidianamente, diversas ‘estratégias’ de sobrevivência comportamentais e sociais são utilizadas pelas pessoas para lidar com este fenômeno, que se espalhou pelo tecido urbano da cidade. Pretendi nesta dissertação investigar se o ativismo social urbano é capaz de ser um instrumento de enfrentamento, apoio ou ressignificação entre ativistas da cidade do Rio de Janeiro que foram vítimas da violência urbana.

Por ativismos sociais compreendo as atividades públicas organizadas dos atores sociais, definidas por Souza (2006) como:

relativamente duradouras, diferenciando-se de ações coletivas efêmeras e pouco organizadas ou desorganizadas, como quebra-quebras, saques e outras; e, como ações públicas, em sentido forte, diferenciando-se tanto da criminalidade ordinária e de organizações terroristas, quanto de grupos de pressão e *lobbies* em sentido restrito (Souza, 2006a:278).

Essa noção de ‘ativismo’ e sua difícil distinção conceitual com o que os especialistas chamam de ‘movimento social’ será realizada no capítulo seguinte. Adianto que os ativismos sociais possuem, em diferentes graus, margem de manobra para criticar os problemas atuais e reivindicar transformações nas condições de vida, de habitação, de saúde, por exemplo.

O ativismo pressupõe um grupo de indivíduos, pois uma mobilização de caráter público e duradouro dificilmente será realizada por uma única pessoa. Além disso, dentro de uma mesma instituição ou organização é possível encontrar pessoas que, apesar de muito

bem intencionadas, não podem ser chamadas de ativistas, pois possuem apenas uma relação formal de trabalho, e não de militância.

Ao se estudar as possibilidades de enfrentamento da violência, sobressai a mobilização popular (Amaro *et al*, 2010) impulsionada por valores que referem a união, a cidadania e o cultivo da paz entre os indivíduos (Souza & Grundy, 2004), como os ativistas sociais. Além disto, acredito que estes indivíduos são também mais críticos, politizados e possuem maior chance de buscar melhorias pessoais e coletivas.

Determinadas formas de manifestação/reivindicação popular nem sempre ganham status de ‘ativismos’ ou ‘movimento social’, mas conferem caráter particular às respectivas áreas de ocorrência, demonstrando que são múltiplos também os modos de organização dos agentes e grupos nos setores populares da cidade (neste caso especificamente, nas favelas). Chamei alguns dos membros das instituições escolhidas para pesquisa de ativistas sociais não por participarem de Organizações Não Governamentais (ONG’s), uma vez que as ONG’s não são por si mesmas activismos ou movimentos sociais (Souza, 2005), nem possuem necessariamente um caráter público ou reivindicatório –, mas sim pela dimensão alcançada com os projetos desenvolvidos, pela ‘militância’ política e pela ‘ideologia’ de trabalho dos membros entrevistados, cuja perspectiva tem alcance local e regional considerável. Hoje, no Rio de Janeiro, os projetos e trabalhos desenvolvidos por estas instituições são amplamente divulgados, conhecidos e reconhecidos.

Na presente pesquisa estudei as vivências, experiências, reações e formas de lidar com a violência urbana por parte de gestores, funcionários e membros fundadores das instituições escolhidas que foram, por suas histórias e atuação político-social, vítimas – diretas ou indiretas – da violência urbana.

Para conceituar a violência urbana, utilizei a definição do geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2005), que considera violência urbana não apenas aquela praticada na cidade, mas, especificamente,

as diversas manifestações da violência interpessoal explícitas que, além de terem lugar no ambiente urbano, apresentam uma conexão bastante forte com a *espacialidade* urbana e/ou com problemas e estratégias de sobrevivência que revelam ao observador particularidades ao se concretizarem no meio citadino, ainda que não sejam exclusivamente ‘urbanos’ (a pobreza e a criminalidade são, evidentemente, fenômenos tanto rurais quanto urbanos) e sejam alimentados por fatores que emergem e operam em diversas escalas, da local à internacional (p. 52).

Logo, a violência urbana não se refere tão somente à violência que tem como palco a cidade, mas sim àquela cujas diversas manifestações estão fortemente vinculadas à espacialidade urbana, que remetem a problemas como o estresse e a deterioração geral da ‘urbanidade’ ou ‘civildade’ no ambiente de uma grande cidade contemporânea. Para o referido autor (2005), podem ser tomados como “típicos exemplares da violência propriamente urbana a violência no trânsito, os quebra-quebras, os assassinatos debitáveis na conta de grupos de extermínio e os atos violentos perpetrados por quadrilhas de traficantes de drogas ou gangues de rua” (p. 52), em particular nas condições da segregação residencial nas grandes cidades. Estariam fora desta conceituação de violência urbana os atos terroristas, as guerrilhas urbanas com motivação ideológica e os crimes passionais. Assim, como núcleo do conceito de violência urbana *stricto sensu* estão as “reações ‘não-políticas’ dos desprivilegiados” – assaltos, quebra-quebras, saques (Souza 1996a), além de outras formas de violência, como a agressividade no trânsito ou por parte das torcidas organizadas de futebol. O autor conclui:

É indiscutível que a dinâmica da violência urbana passou, nas últimas duas décadas, a estar fortemente marcada pelos efeitos diretos (guerras entre quadrilhas e entre estas e a polícia, ‘balas perdidas’) e indiretos (empréstimos de armamentos de traficantes para criminosos comuns, delitos praticados por viciados, etc.) do tráfico de tóxicos (...) A dinâmica econômica e social de numerosas cidades brasileiras vem sendo influenciada crescentemente pelo tráfico de drogas (Souza, 2005:53).

Através das suas múltiplas manifestações, a violência pode ter impacto sobre a saúde psíquica de quem a comete, de quem a recebe e de quem a assiste. Uma vez impactado, as reações de um indivíduo podem ser as mais diversas, com diferentes graus de mobilização em sua vida, desde comportamentos evitativos, como por exemplo, deixar de frequentar certos locais em determinados horários em decorrência de um medo passageiro e/ou difuso, até, em situações mais graves, com desenvolvimento de sintomas fóbico-ansiosos ou psicossomáticos (Sonoda, 2009, 2011). Em regiões territorializadas pelo tráfico de drogas – onde também, via de regra, o poder público não comparece de forma eficaz e justa – à carência de recursos soma-se o problema da violência em suas várias formas.

O pressuposto desta pesquisa é que a participação dos indivíduos em ativismos sociais pode servir como forma de enfrentar, elaborar, ajudar ou dar sentido à violência urbana sofrida pelas pessoas. Investiguei se a participação dos indivíduos em ativismos sociais pode ser considerada uma forma de proteção contra esse tipo de violência. Desde já adianto que foram entrevistados membros/gestores/coordenadores de ativismos sociais urbanos da cidade do Rio de Janeiro. Visando preservar o anonimato dos participantes, as instituições foram identificadas pelas letras A, B, C, e D nos capítulos seguintes. As instituições escolhidas atuam no cenário carioca há alguns anos e o ponto em comum entre elas, além do tema da violência, está em suas histórias de fundação: todas nasceram de ‘tragédias’ urbanas.

Objetivos

O objetivo geral desta dissertação é investigar a participação em ativismos sociais como fator de enfrentamento e/ou ressignificação da violência urbana. Os objetivos específicos são:

- 1) Conhecer a vivência da violência urbana expressa pelos entrevistados em cada uma das instituições;

- 2) Estudar as principais formas de enfrentamento da violência pelos coordenadores, diretores e funcionários entrevistados em cada uma das instituições e;
- 3) Refletir sobre possíveis relações entre as vivências de violência e a saúde desses sujeitos.

Esta dissertação tem relevância social, acadêmica e pessoal. A *relevância social* se instaura no impacto da violência sobre o perfil de saúde da população nos grandes centros urbanos brasileiros; temática que tem sido incorporada progressivamente na agenda das ações de saúde. A violência é a segunda principal causa de mortes no Brasil, e em algumas faixas etárias, a primeira (Souza & Minayo, 2005; Souza, 2008a; Soares, 2003; entre outros), sendo considerada um dos mais sérios problemas para a saúde pública, sobretudo nas grandes cidades¹. Embora o crescimento dos crimes contra a vida seja sentido por toda a população, a sua distribuição pela cidade ocorre de modo desigual: é nas favelas e periferias da cidade que se apresenta com maior intensidade. Tal fenômeno não é um problema específico da área da saúde, mas a afeta (Minayo, 1994b, 2006), tanto nas taxas de morbimortalidade das vítimas registradas nas estatísticas oficiais, quanto na sobrecarga dos serviços de saúde – onde muitas vezes os profissionais não se sentem preparados ou seguros para receber essa clientela.

A *relevância acadêmica* está no estudo da articulação entre violência urbana e movimentos sociais - tema atual, caro e ainda pouco explorado em nosso meio. A complexidade do objeto deste estudo exige a pesquisa interdisciplinar, trazendo expectativas interessantes para o avanço do conhecimento a respeito das relações existentes entre determinados territórios e os coletivos que nele habitam. Espero, assim, contribuir para o debate sobre os efeitos da violência urbana na saúde das pessoas e sobre as funções dos

¹ O espaço urbano apresenta as maiores taxas de criminalidade violenta, taxas estas confirmadas nas estatísticas oficiais e percebidas no cotidiano dos cidadãos, através do medo e da sensação de insegurança.

ativismos sociais como novos mediadores (Ramos, 2007) no enfrentamento desta questão. Neste sentido, aposto em um mundo melhor e mais justo a partir de ganhos de autonomia individual e coletiva (conforme proposto por Cornelius Castoriadis, 1982 e Marcelo Lopes de Souza, 2006a). Além disso, acredito que os ativismos e movimentos sociais urbanos são possibilidades de mudança/contestação social, merecendo estudos aprofundados sobre suas perspectivas, limites e possibilidades.

Destaco ainda a *relevância pessoal* que esta pesquisa possui, baseada no meu interesse e grande curiosidade em estudar as formas de adoecer e sofrer na atualidade. Em pesquisa anterior², investiguei, através de metodologia qualitativa, a possível relação entre violência urbana e mal-estar psíquico em líderes comunitários residentes em favelas da cidade do Rio de Janeiro. Encontrei uma forte relação entre mal estar psíquico e problemas psicossomáticos, e violência urbana cometida por policiais e traficantes de drogas locais. Embora esses líderes façam parte de um ativismo de bairro, sua atuação tem sido bastante limitada, conforme aponta Souza (2005), sobretudo pela interferência do tráfico de drogas e cooptação política. Na investigação com líderes comunitários concluí que a violência tem impactos negativos diretos na saúde. Mas o que mais me intrigou foram os líderes comunitários que não adoeciam! Encontrei muitos relatos de experiências extremamente sofridas, às vezes traumáticas, mas alguns desses líderes não sofriam (ou não sofriam tanto) como outros. Que ‘mágica’ acontecia com alguns dos participantes? Como eles não enlouqueciam? Por que não adoeciam (física e psiquicamente) ou eram menos impactados pela violência? Foi este grupo específico, dentro do meu grupo maior de entrevistados, que me motivou a continuar estudando e aprofundando o tema da violência e seus possíveis impactos na saúde. Será que existem fatores que ‘protegem’ as pessoas? Quais seriam estes

² Trata-se de minha monografia intitulada “Violência urbana e mal estar psíquico: Uma investigação com líderes comunitários residentes na cidade do Rio de Janeiro”, apresentada ao Instituto de Psicologia da UFRJ. A referida pesquisa teve início em julho de 2007 e foi finalizada em janeiro de 2010.

fatores? Seriam mecanismos individuais? Coletivos? É o que me propus responder – ou, pelo menos, contribuir para a elucidação – com a investigação desenvolvida neste trabalho de mestrado, para discutir se a participação em ativismo social pode ser uma forma de elaborar e/ou dar sentido à violência sofrida.

Embora não estivesse inicialmente contemplado em meu projeto de pesquisa, o campo empírico me direcionou ao estudo sobre resiliência e *coping* como formas possíveis de enfrentamento da violência urbana. Estes dois temas serão apresentados no capítulo de resultados, com foco nas estratégias de lidar com situações estressantes ou potencialmente traumáticas vivenciadas pelos entrevistados.

A dissertação está organizada da seguinte forma:

No primeiro capítulo, através de uma revisão bibliográfica, apresento o ‘estado da arte’ do tema deste trabalho. Este capítulo está subdividido em três partes: na primeira discorro sobre o fenômeno da violência de maneira geral e de sua relação com a saúde pública. Na segunda, específica sobre a violência urbana, apresento os principais trabalhos dos principais autores que estudam esse tema. Por fim, na terceira parte, contemplo os ativismos como uma possível forma de enfrentamento da violência urbana hoje tão presente no cenário carioca.

O capítulo dois é o metodológico, onde o material e o método utilizados estão descritos em detalhes.

O terceiro capítulo é o de resultados em conjunto com a discussão, de forma a tornar o texto mais interessante e rico para o leitor.

Finalizo com o quarto capítulo de considerações finais, no qual retomo os objetivos e teço conclusões sobre o trabalho realizado, inclusive estimulando novos olhares e possibilidades de estudos sobre as questões pesquisadas. As referências utilizadas estão ao final do trabalho e o roteiro de entrevistas semi-estruturado encontra-se no anexo.

1. Marco teórico

Alguns estudos, encontrados na literatura nacional, articulando violência e formas de adoecer, parecem se restringir à discussão de possíveis atos violentos/criminosos por parte de pessoas já acometidas por transtornos mentais (Teixeira & Dalgarrondo, 2006; Teixeira *et al.*, 2007). A proposta desta dissertação segue outra direção: considero a violência como um fator social relevante o suficiente para impactar a saúde. Acredito que a articulação destes fenômenos poderá ser analisada, especialmente por meio das produções de Paulo Endo (2005), Cecília Minayo (1994, 2003, 2006) e Katerine Sonoda (2008, 2009, 2010). Sob outra perspectiva, para trabalhar questões acerca dos ativismos sociais como uma forma de enfrentamento da violência urbana, utilizei principalmente as produções de Marcelo Souza (2005, 2006, 2008, 2009), Silvia Ramos (2007ab) e Monica Nunes (2005).

1.1. Violência: um problema de saúde pública

A violência que atinge atualmente o país, expressa nos indicadores epidemiológicos e criminais, tornou-se um problema de saúde pública. Ela demonstra magnitude e intensidade sem precedentes, maiores até que as observadas em situações de guerra (Souza & Lima, 2007). No Brasil, as taxas de mortalidade por causas violentas estão entre as mais altas do continente americano. Edinilza Ramos de Souza e Maria Luiza Lima (2007) apontam que surgiu no ‘panorama brasileiro’ uma disseminação da violência (sobretudo através do aumento dos homicídios) a partir das capitais para outros municípios, regiões metropolitanas e mesmo para o interior dos estados. Os acidentes e violências no Brasil configuram um problema de saúde pública de grande magnitude e transcendência, que tem provocado forte impacto na morbidade e na mortalidade da população (Brasil, 2001).

Utilizo neste trabalho a definição de causas externas proposta pela Organização Mundial de Saúde, no capítulo XX da CID-10, onde os acidentes e as violências configuram um conjunto de agravos à saúde, que podem ou não levar a óbito, no qual se incluem as causas ditas acidentais – devidas ao trânsito, trabalho, quedas, envenenamentos, afogamentos e outros tipos de acidentes – e as causas intencionais (agressões/homicídios e lesões autoprovocadas).

Dentre as causas externas, os homicídios dolosos – considerados como indicador de violência urbana em geral - constituem a segunda causa de mortes no Brasil e, em certas faixas etárias, a primeira (Soares, 2003). As faixas que correspondem à juventude concentram os maiores riscos de vitimização letal. A literatura especializada aponta ainda forte componente de gênero e cor envolvido no perfil epidemiológico. Além de jovens, as principais vítimas dos homicídios são homens negros.

A violência entra na agenda da saúde (Minayo, 1994b, 2006), deixando de ser considerada como somente um problema social ou da justiça. A evolução da mortalidade por causas violentas tornou-se um fenômeno importante para a saúde pública pela sua intensidade e aumento desde a década de 80, quando ocupava o quarto lugar no perfil das principais causas de óbito, passando para o segundo a partir do final da década (perdendo apenas para as doenças do sistema circulatório). Nos anos subsequentes, em algumas capitais brasileiras, as violências e os acidentes ocuparam, em determinadas faixas etárias, a principal causa de morte. No campo da saúde a temática assume uma significativa importância porque a violência ameaça a vida, altera a saúde, produz enfermidade e provoca a morte (Minayo, 1994).

Em sua origem e manifestações, a violência é um fenômeno sócio-histórico e acompanha toda a experiência da humanidade. Portanto, ela não é em si, uma questão de saúde pública. Transforma-se em um problema para a área porque afeta a saúde individual e

coletiva e exige, para sua prevenção e enfrentamento, formulação de políticas específicas e organização de práticas e de serviços peculiares ao setor (Minayo, 2009).

Em toda sociedade ocidental e mais particularmente no Brasil, é na década de 1980 que o tema da violência entra com mais vigor na agenda de debates políticos e sociais e no campo programático da saúde. Oficialmente, somente a partir da década de 1990, a Organização Pan-Americana da Saúde e a Organização Mundial da Saúde começaram a falar especificamente do tema violência (e não apenas causas externas).

Segundo Minayo (2006), no Brasil, a inclusão da violência e da criminalidade na agenda da cidadania coincide com o término oficial da ditadura militar (1985). Os movimentos sociais pela redemocratização, as instituições de direito e a forte pressão de algumas entidades não-governamentais e organizações internacionais, com poder de influenciar o debate nacional, foram fundamentais para tornar a violência social uma questão pública.

Já a partir da segunda metade do século XX, há a incorporação da pauta de direitos de vários sujeitos sociais, que vai desde a entrada da observação e notificação da violência contra crianças, mulheres e idosos, até a discussão da violência social, no seu sentido mais amplo, afetando a saúde das populações (Minayo, 2009).

O psicanalista Paulo Cesar Endo (2005) refere que as violências se cotidianizaram e se banalizaram com tamanha intensidade que obrigou a coletividade a preparar-se, diariamente, para a possibilidade do enfrentamento desse problema, ocorrendo uma possível ambivalência entre o que é cotidiano e o que é banalizado. Apesar de banalizada, a coletividade se prepara para lidar com a violência. Todos somos, em maior ou menor grau, vítimas possíveis da violência. E essa banalização da violência não ocorre sem consequências para a saúde.

Diversos estudos (Glicken, 2006; Birman, 2001; Peres, 2006; Maciel & Santos, 2004; Leite & Birman, entre outros) apontam possíveis efeitos para a saúde da população exposta à violência. Medo, ansiedade, depressão, Transtorno de Estresse Pós Traumático, baixa auto-

estima, desconfiança, hostilidade, distúrbios do desenvolvimento, baixo rendimento escolar são alguns dos problemas que a literatura aponta como consequências da violência para a saúde mental das populações expostas. Sobre as vítimas diretas incluem as lesões físicas como fraturas, desfigurações, queimaduras e abortos, além de situações clínicas crônicas, sobretudo psicossomáticas, como dor pélvica, cefaléias, síndrome do cólon irritável, fibromialgia, entre outros.

Gláucio Soares, Deyse Miranda e Dorian Borges (2006) destacam ainda a questão das vítimas ocultas da violência, que são os parentes ou pessoas próximas das vítimas diretas e que pouco se sabe sobre como reagem e sentem suas perdas.

Souza (2008a) enfatiza que o medo parece estar enraizado na população das grandes metrópoles violentas, provocando consequências comportamentais e psicológicas diversas. A *fobópole*, um conceito cunhado e desenvolvido pelo autor, é uma cidade em que boa parte de seus habitantes sofre de estresse crônico e outras psicopatologias por causa da violência, do medo da violência e da sensação de insegurança.

1.2 Violência urbana e produção do espaço na *fobópole*

As relações sociais produzem o espaço e nele ‘se inscrevem’, ‘falamos por meio dele’ (também), ‘se exercem por seu intermédio’ (também), mas não são, obviamente, ‘parte do espaço’ ou um ‘subconjunto’ do espaço, ainda que sejam influenciadas e até mesmo condicionadas pela espacialidade; de sua parte, tampouco o espaço é um ‘subconjunto’ das relações sociais. (Souza, 2008b:161)

Apesar de ser fundamental considerar a complexidade do fenômeno em suas múltiplas dimensões, esta pesquisa parte, também, de um recorte: o estudo da violência

urbana, especificamente. No que se refere à expressão *violência urbana*, considero necessário apontar sua especificidade, conforme já exposto no capítulo introdutório.

Luiz Silva (2004) afirma ser pertinente propor que a violência urbana está no centro de uma formação discursiva que expressa uma forma de vida constituída pelo uso da força como princípio organizador das relações sociais. Ou seja, a representação da violência urbana capta, simbolicamente, um âmbito da vida cotidiana em que ocorre a universalização da força como fundamento de um complexo orgânico de práticas que suspende a tendência a monopolização da violência pelo Estado, generalizando e ‘desconcentrando’ seu uso legitimado. Assim, a noção de violência urbana não se refere a comportamentos isolados, mas a sua articulação com uma ordem social. A fim de explicar o sentimento de insegurança generalizado que está no centro da experiência de vida urbana na atualidade, o autor estabelece uma sequencia de nexos causais entre: a) uma crise de legitimidade do Estado; b) o enfraquecimento da capacidade de controle social por parte das agências estatais, em particular; c) o esgarçamento da ordem pública, devido ao mau funcionamento de suas ‘garantias externas’; d) a ampliação do recurso à violência como meio de obtenção de interesses e, por fim, e) a expansão e organização da criminalidade.

A violência urbana pode ser pensada em diferentes escalas de tempo e de espaço, sendo exemplos de escalas de espaço as escalas microlocal, local, regional, nacional e internacional. Em algumas cidades, esta violência tem proporções alarmantes, influenciando diretamente no cotidiano, nas relações com o espaço e na saúde dos indivíduos. Alguns autores referem que a violência urbana afeta as relações, as rotinas de trabalho e as formas de circulação na cidade (Sonoda, 2008; Fernandes, 2009). Outros consideram que os homicídios (um dos indicadores desse tipo de violência) são uma epidemia (Soares, 2003). E, embora não seja, tradicionalmente, um problema da área saúde, a violência a afeta.

Como já registrado, Souza (2006, 2008a) cunhou o termo “fobópole”, junção das palavras gregas “*phobos*”, e “*pólis*”, que significam, respectivamente, medo e cidade, para

referir-se a cidades onde o medo e a percepção crescente do risco fazem parte do cotidiano e atingem em maior ou menor intensidade, todos os cidadãos. O termo *Fobópolis* condensa o que o autor tenta qualificar como

cidades nas quais o medo e a percepção crescente do risco assumem uma posição cada vez mais proeminente nas conversas, e noticiários da grande imprensa, o que se relaciona, complexamente, com vários fenômenos de tipo defensivo, repressivo ou repressor, levados a efeito pelo Estado ou pela sociedade civil (Souza, 2008a:9).

O medo de ser vítima de crime violento não é novo; sempre existiu, em maior ou menor escala, no espaço urbano. A violência não é um fenômeno recente na história das cidades. Mas, quando a violência urbana passou a preocupar e definir definitivamente o cotidiano e as relações sociais? O que justifica o uso do neologismo *fobópolis* para caracterizar as grandes cidades contemporâneas como violentas?

Para Souza (2008a), a novidade histórica, que justifica o uso do neologismo para caracterizar algumas cidades, é dada por dois fatores entrelaçados. Em primeiro lugar, “a criminalidade violenta, especialmente aquela vinculada a razões econômicas (roubos, latrocínios, entre outros), tem sido um traço comum nas cidades ao longo da história, mas não chegava a sobressair tanto assim em comparação com muitas outras preocupações, como fome, doenças e violência decorrente de guerras constantes” (p.38). Assim, embora a violência sempre tenha existido na história da humanidade, na atualidade ela tomou maior dimensão na vida cotidiana de forma a superar as preocupações (epidemias e guerras, por exemplo) que, em outros tempos, eram a maior causa de mortes e perdas. O segundo fator do neologismo *fobópolis* é justificado pelo mesmo autor porque

no decorrer de um multiseular (e muito relativo) ‘processo civilizatório’, a violência fora de situações de guerra tornou-se bem menos comum, a ponto de um homicídio ou outro crime violento passar a ser, a partir de um certo momento, motivo de escândalo e mesmo comoção. Esse momento é, ao que tudo indica, na Europa e também nas grandes cidades do Novo Mundo, o final do século XIX. (p. 39)

E continua: “é sobretudo o contraste com os períodos anteriores e, em particular com o período de relativa ‘calmaria’ que se estende da era vitoriana e da belle *époque* até meados do século XX (...) que faz com que a fobópole possa ser vista como um fenômeno dotado de ‘alguma’ novidade histórica” (p.39). A partir de um período datado historicamente, a criminalidade ‘ordinária’, sem motivação política ou ideológica direta, vai se tornando cada vez mais comum e intensa em diferentes países e regiões (e em diferentes escalas), o que justifica, portanto, o termo *fobópole* para caracterizar cidades dominadas pelo medo e pela sensação de insegurança.

De uma perspectiva sociológica, restrições têm sido levantadas contra o uso indiscriminado da noção de violência urbana que, aos olhos de alguns pesquisadores parece excessivamente vaga. No entanto, ao considerar a especialidade das relações sociais, o geógrafo Marcelo Lopes de Souza tem insistido sobre as especificidades do entrecruzamento denso entre a violência e o urbano. Para esse pesquisador, a violência no trânsito ou as guerras entre traficantes de drogas de varejo em espaços segregados têm, sim, muito a ver com o ambiente - a organização espacial, os modos de vida, as particularidades da pobreza urbana -, da cidade e, sobretudo, da grande cidade. Faz sentido, portanto, falar em violência urbana, com o objetivo de chamar a atenção para essas particularidades, desde que não se infira daí que é a cidade em si própria que ‘produz’ a violência. As causas dos vários tipos de crime violento são, em última instância, muitos e nos remetem a fenômenos que ocorrem em várias escalas de tempo e de espaço (Souza, 2006b).

Para a geografia urbana, *espaço* é um conceito fundamental para compreender as relações sociais e justificar a expressão *violência urbana* em uma perspectiva que considera a dimensão espacial da realidade. No caso desta pesquisa, falaremos da produção do espaço urbano.

A maior parte da população brasileira vive nas cidades³. É no espaço urbano que os investimentos de capitais são maiores. A cidade também é o palco principal dos conflitos sociais (Corrêa, 1989). O *espaço urbano* é também um reflexo da sociedade. Os fatores e características que estão presentes no que o autor chama de *dimensão espacial* do espaço urbano são:

- ✓ Temporalidade, na medida em que ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram marcas impressas nas formas espaciais do presente;
- ✓ Profundamente desigual, no que se refere às oportunidades, distribuição da renda, entre outros fatores;
- ✓ Condicionante e condicionador da sociedade;
- ✓ Possui uma dimensão simbólica;
- ✓ Constituído por diferentes tipos de uso da terra.

Ainda segundo Roberto Lobato Corrêa (1989):

Eis o que é o espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais (...) É um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço. (p.9)

Assim, os processos espaciais são de natureza social, cunhados na própria sociedade. Os agentes produtores do espaço urbano, que 'fazem' e refazem a cidade, são os proprietários dos meios de produção; os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais desprivilegiados.

³ Segundo o IBGE, a população brasileira é eminentemente urbana. Em 2000, a população que vive em cidades no Brasil ultrapassou 2/3 da população total, e atingiu a marca dos 138 milhões de pessoas. Disponível na internet em jun/2009: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/demograficas.html>

Esta concepção de espaço marca profundamente aqueles geógrafos que, a partir dos anos 70, adotaram o materialismo histórico e dialético como paradigma. O espaço é concebido como locus da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade. O mérito do conceito de formação sócio-espacial, ou simplesmente formação espacial, está no fato de se explicitar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela (re)produz. Por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade. Não há, assim, por que falar em sociedade e espaço como se fossem coisas separadas, mas sim de formação sócio-espacial (Corrêa, 1995).

Cabe ressaltar que o espaço não é redutível às relações sociais, nem é delas uma ‘instância’: o espaço é uma dimensão concreta da sociedade, onde a vida humana realiza-se, compreensível diante do processo de sua produção material – recursos, potencialidades, limitações - e simbólica – crenças, atitudes, e outros (Souza, 2006b).

As práticas de violência não estão dissociadas do espaço (neste estudo, do espaço urbano). Na *fobópole* o espaço comparece em sua dupla funcionalidade: produto social e condicionante das relações sociais. “É no mundo todo que se pode perceber que a problemática da (in)segurança pública, tendo por pano de fundo o medo generalizado, está se convertendo em um fator formidável de (re)estruturação do espaço e da vida urbanos” (Souza, 2008a:33).

Esta pesquisa foca a *violência do tipo urbana* com um recorte bastante específico: a violência urbana circunscrita, sobretudo, aos *territórios favelados*, diretamente relacionada com a violência praticada por membros do tráfico de drogas de varejo, paramilitares (milicianos) e policiais.

Em geral, os autores que estudam a violência urbana no Rio de Janeiro concordam que o problema, da forma como o concebemos hoje, teve início na década de 80. O processo de difusão do tráfico de drogas e o agravamento do problema da corrupção policial no Brasil

correlacionam-se fortemente com a deteriorização da qualidade de vida das populações urbanas. Em entrevista para Souza (1996b) na década de 90, um líder comunitário disse que se deu a transição do par ‘maconha e 38’ para o par ‘cocaína e AR-15’ – uma metáfora para explicar o agravamento do fenômeno na cidade.

No Rio de Janeiro, a virada dos anos 70 para os 80 pode ser considerada como um marco histórico decisivo para o aumento da criminalidade violenta e sensação de insegurança. Na esteira do processo de territorialização promovido pelos traficantes de drogas operando no varejo, um número cada vez maior de favelas foi sendo submetida ao controle de algum grupo de traficantes de drogas. Crescentemente os traficantes de varejo determinam, em espaços por eles territorializados, o que se pode e o que não se pode fazer em matéria do uso do solo e da organização espacial (Souza, 2008a). Os operadores dessas instâncias paralelas de poder se acham os ‘donos do pedaço’, ou melhor, ‘donos do espaço’. A expansão do tráfico de drogas a partir da metade da década de 80 é diretamente responsável pelo aumento do número de homicídios. Não foi, contudo, um fenômeno exclusivo do Rio de Janeiro, ocorrendo também em outras grandes cidades brasileiras. O que é ainda mais novo no fenômeno é sua interiorização para regiões fora dos centros urbanos, mas este aspecto não foi discutido nesta pesquisa.

Nenhuma outra cidade brasileira apresenta um quadro tão preocupante de agravamento da ‘questão urbana’ por conta do tráfico de drogas quanto o Rio de Janeiro. Pela própria geografia da cidade, da proximidade da favela com os bairros ditos ‘formais’, estes são, de longe, os exemplos mais espetaculares da violência urbana fazendo da cidade do Rio de Janeiro um laboratório vivo para o estudo do fenômeno.

Fala-se ainda de uma ‘Geografia da violência’, uma vez que morar em favela ou na periferia pobre constitui, por si só, um fator de determinação de risco de homicídio, embora a localização geográfica seja apenas um fator da realidade. Fernando Lannes Fernandes (2009) aponta que a maior incidência de homicídios e ‘autos de resistência’ acontece entre

jovens favelados, negros e pobres. Segundo o autor, os dados revelam que um morador dos subúrbios do Rio de Janeiro tem 25 vezes mais chances de ser assassinado do que um morador da Barra da Tijuca. Embora a sensação de insegurança esteja em todo o espaço urbano, nas favelas, o número de homicídios é muito maior do que na cidade ‘formal’. Outro fenômeno interessante é que, desde meados da década de 2000, o número de homicídios vem caindo na cidade, porém, a sensação de insegurança não acompanha essa queda.

Além do tráfico de drogas de varejo e a corrupção policial, mais recentemente as milícias, grupos paramilitares armados, também provocaram mudanças na economia política do crime no Rio de Janeiro. Compostas por policiais (e/ou ex policiais) e outros agentes da segurança pública (sobretudo bombeiros), as milícias começaram a dominar áreas antes controladas pelo tráfico de drogas na cidade. Os estudos especializados apontam que o fenômeno tornou-se conhecido pelo grande público em meados dos anos 2000. Porém, não se trata de um fenômeno novo no cenário carioca, mas uma continuação de práticas realizadas já há algumas décadas no Estado, conhecidas como ‘grupos de extermínio’ ou ‘polícia mineira’ (Cano & Loot, 2008).

1.3 Ativismos sociais como possibilidade de ‘enfrentamento’ da violência urbana

Conforme já explicitado, um dos objetivos deste projeto foi investigar se e como a participação de sujeitos em ativismos sociais constitui-se como uma possibilidade de ‘enfrentamento’ da violência urbana. Nesta etapa de revisão bibliográfica, cabe uma distinção conceitual entre ativismo e movimento social, que é muito difícil de ser definida na prática. Em trabalho escrito para público leigo, Marcelo Lopes de Souza & Glauco Rodrigues (2004) afirmam que ativismos e movimentos sociais são formas que as pessoas têm de se organizar e se colocar como participantes ativos na sociedade (p. 82). Souza (2009b) destaca que para alguns autores ‘tudo’ é movimento social (p. 9),

onde a expressão poderia dar conta de diversos tipos de ação coletiva, independentemente do nível de ambição, do grau de organização e da escala temporal. Já para outros autores, ‘movimento’ é um termo que deve ser reservado para ações coletivas organizadas, de caráter público e relativamente duradouras particularmente ambiciosas (p.10). Os movimentos sociais urbanos têm colocado em prática alternativas concretas na busca de solucionar demandas e necessidades, apesar do aparato estatal e de seus limites de ação (Souza, 2006ac). Assim, um ‘verdadeiro’ movimento social possuiria um

elevado senso crítico em relação ao *status quo* (revelando capacidade de levar em conta fatores “estruturais” e de articular isso com análises de conjuntura, e procedendo à denúncia de problemas profundos como exploração de classe, racismo, opressão de gênero, etc.); nisso ele se distinguiria, por exemplo, das ações coletivas coordenadas por organizações clientelistas e com horizonte reivindicatório pouco exigente (até mesmo manipuladas por políticos profissionais), como tem sido o caso de muitas associações de moradores. E os ativismos, em seu conjunto (incluídos, aí, os ‘verdadeiros’ movimentos) se diferenciariam de outras formas de ação coletiva, como quebra quebras, saques e lobbies, por serem relativamente duradouros e organizados (em contraste com quebra quebras e saques) e por possuírem um caráter público (o que excluiria os lobbies, pois estes possuem um caráter em grande parte não público) (Souza, 2009b:10).

Por outro lado, os ativismos abarcariam uma enorme série de ações, organizações e mobilizações que vão desde reivindicações pontuais – que não aprofundam ou não fazem uma crítica à sociedade instituída – e se esvaziam quando o problema é resolvido, até mobilizações mais amplas, com forte potencial transformador, discurso crítico e questionamentos políticos, éticos, econômicos, estéticos, entre outros (Souza, 2005, 2006, 2009c).

Assim, muitas vezes não há um movimento *no sentido forte* (Souza, 2005; 2006a), mas várias iniciativas similares isoladas, onde segmentos da sociedade civil começam a desenvolver agendas contra a violência na forma de passeatas, protestos, criação de ONGs, entre outros, focalizando demandas e discursos para o campo da segurança pública e das relações com a política.

Embora reconhecendo a importância dessa diferença conceitual, não se pretende, nesta pesquisa, ‘classificar’ os entrevistados como membros de um movimento ou de um ativismo social. Optei por nomeá-los ‘ativistas’. Parti da experiência bem sucedida desses grupos para verificar se a participação dos indivíduos através de seus próprios ativismos/movimentos se revela como uma forma de proteção contra a violência urbana.

A exemplo das Mães de Acari estudadas por Fábio Araújo (2005), que a partir da vivência de um acontecimento trágico – o desaparecimento dos filhos – transitaram de um tempo do choque para um tempo da política⁴, é possível perceber, nos últimos anos, que familiares e amigos de vítimas de violência (assassinatos, sequestros, roubos, ameaças, entre outros) têm ocupado a cena pública no debate sobre criminalidade. Muitas vezes são parentes indignados, vivendo uma tragédia recente. Ou mesmo pessoas comuns muito comovidas e atingidas, ainda que indiretamente, pela violência. Em algumas ocasiões, essas pessoas passam a ‘militar’ no campo de respostas à violência, fundando organizações ou associações capazes de mobilizar respostas de parlamentares, governantes e outras ONG’s e também a mídia. Estes grupos têm contribuído para elaborar “estratégias de sobrevivência de rememoração pública e privada” (Huyssen, 2000) a partir da transformação do luto em uma prática reivindicativa de justiça. A experiência das mães de Acari e o diálogo possível com outras experiências similares (como as Mães da Praça de Maio da Argentina) têm

⁴ Segundo Araújo (2005), as Mães de Acari transitaram de um tempo do choque para um tempo da política na medida em que a partir do choque elas se constituíram enquanto sujeito político e começaram a aparecer na esfera pública para pressionar o Estado e reivindicar justiça e reparação. Entendo que a forma como enfrentaram a violência – reivindicando e exigindo reparação – ajudou na elaboração do luto de seus filhos.

ajudado a fomentar um espaço fúnebre capaz de contribuir para alimentar a memória humana (Araújo, 2005).

No contexto das respostas civis à violência, Silvia Ramos (2007) destaca um importante e recente processo de mobilização de jovens de favelas e bairros de periferia. São grupos que tentam produzir imagens alternativas aos estereótipos da criminalidade associados a esse segmento da sociedade e ‘disputam’ os jovens dessas áreas com o tráfico de drogas.

Esses novos grupos urbanos - seja de movimento de vítimas de violência ou ONG’s-, ainda que não constituam um movimento social, têm um papel central nas respostas à violência porque discutem incessantemente o tema em seus projetos, músicas, fotografias, estética e atitudes.

Alguns autores recentemente têm refletido sobre as possibilidades de atuação de movimentos/ativismos sociais enquanto novas formas de mediação de conflito (Ramos, 2007) e idiomas culturais como estratégias para enfrentar a violência urbana (Nunes, 2005). O foco destes trabalhos está em adolescentes e adultos jovens, principais vítimas e perpetradores deste tipo de violência. Os trabalhos desenvolvidos nas instituições A e B desta pesquisa também são voltados para esse público, por isso cabe aqui destacar o papel delas com os jovens. É preciso levar em conta que, implicados como estão na dinâmica da violência urbana os jovens terão um papel fundamental na sua redução e prevenção.

Silvia Ramos (2007) destaca que iniciativas artísticas e culturais lideradas por jovens de favelas e periferias urbanas começaram a surgir na década de 90, entre

jovens de favelas organizados em torno de experiências culturais que, em vários aspectos, se caracterizam como ‘novos mediadores’ na sociedade. Esses grupos tematizam a violência e procuram construir novos estereótipos que dissociem os jovens da periferia das imagens de criminalidade. (p.1303)

São iniciativas identificadas pela autora como novas mediações nas respostas à violência. Entre os grupos citados estão o Olodum e a Timbalada, em Salvador, Nós do Morro, Central Única de Favelas (CUFA), Observatório de Favelas e o AfroReggae, no Rio de Janeiro. A autora destaca ainda que esses grupos, embora heterogêneos e não articulados entre si, vêm se tornando importantes na construção de projetos alternativos ao tráfico de drogas e como ‘mediadores’ entre os jovens e o governo, a mídia, as universidades e até mesmo as agências internacionais de cooperação e financiamento de projetos.

Para Monica Nunes (2005, *apud* Crapanzano, 1977) um idioma cultural refere-se a um conjunto de recursos, mecanismos e significantes que a cultura dispõe de modo a permitir a articulação das experiências individuais e coletivas, produzindo-lhes sentido e ação concreta. Entre outras ações, estas podem estar inscritas em “modos particulares de uso e simbolização do corpo que sofre/padece (...) em formas de consciência reveladas pelas histórias de vida que elaboram e ressignificam condições sociais opressivas e de privação e estratégias de sobrevivência e de proteção ou enfrentamento” (p. 410). Estudando a capoeira e o reggae messiânico, instituições que atendiam às vítimas de violência urbana auxiliando na construção de eventuais estratégias de proteção ou redução da mesma, a autora constatou nesses movimentos a possibilidade de inscrição das crianças e adolescentes em um universo simbólico. Mais do que práticas de passatempo ou de tirar os jovens da ociosidade, trata-se de uma reinserção destes em universo de sentido, de forma a lhes abrir novas oportunidades e significações.

Quando se estudam as possibilidades de enfrentamento da violência, a mobilização popular se destaca nesse processo. Estudos feitos em diversas partes do mundo têm evidenciado que a existência da coesão social, resultante das práticas de participação da comunidade, é um dos fatores de proteção mais eficazes contra a violência. A mobilização popular desperta valores que estimulam a união, a cidadania e o cultivo da paz entre os

indivíduos (Souza e Grundy, 2004), porém, é um processo dinâmico e variável entre as populações (Amaro, Andrade, e Garanhani, 2010).

Ainda no que se refere às formas possíveis de enfrentamento da violência urbana, o apoio social também se destaca como importante ferramenta. Os suportes sociais recebidos e percebidos pelas pessoas são fundamentais para a manutenção da saúde mental, visto que uma rede social fortalecida ajuda o indivíduo a enfrentar situações estressantes, como são aquelas experimentadas pelos participantes desta pesquisa. Uma rede social pessoal estável, ativa e confiável protege o indivíduo em sua vida diária, favorece a construção e manutenção da autoestima e acelera os processos de recuperação da saúde. Portanto, é fundamental para a promoção da saúde nos aspectos físicos, psicológicos e afetivoemocionais (Sluzki, 1997).

2. Sobre a natureza e o processo da pesquisa

Esta dissertação possui um desenho qualitativo e tem como tema a violência urbana e seus possíveis efeitos na saúde de indivíduos, que após serem vítimas desse tipo de violência, decidiram participar de ativismos sociais. O cronograma de atividades contemplou momentos para a revisão bibliográfica, entrada no Comitê de Ética da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca - ENSP, contatos com o campo empírico, sistematização/análise de dados e redação final da dissertação.

A fim de verificar a produção acadêmica sobre os temas que norteiam esse estudo, realizei uma pesquisa bibliográfica através do site da Biblioteca Virtual de Saúde⁵ (BVS).

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP (número 0007.0.031.000-11). Foi realizada em conformidade com os princípios éticos e condições para pesquisas envolvendo seres humanos estabelecidos na Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde e com a Resolução CFP nº 016/2000. Todos os participantes foram solicitados a assinar, antes de cada entrevista, um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para pesquisa com seres humanos. É preciso registrar aqui a incongruência gerada por esse Termo, uma vez que, ao mesmo tempo que ‘protege’ o entrevistado – na medida que é uma garantia formal de anonimato e um meio de prestar esclarecimentos da pesquisa – ao mesmo tempo, pode criar uma situação de constrangimento

⁵ A pesquisa foi aberta (palavra chave poderia estar em qualquer campo - título, autor, texto), o artigo/publicação poderia pertencer a qualquer fonte e poderia ter sido publicado em qualquer data. Encontrei publicações nas seguintes bases: Coleção de publicações da biblioteca do Ministério da Saúde, Literatura Latinoamericana e do Caribe (LILACS), Biblioteca eletrônica de Periódicos Científicos Brasileiros (SciELO Brasil) e Literatura Internacional (MEDLINE). Após uma primeira busca, li os resumos de todos os trabalhos encontrados. A revisão bibliográfica levou em conta os seguintes descritores: violência urbana e ativismo social, de forma associada e isoladamente. Não encontrei trabalhos articulando os termos, o que pode indicar ser o tema pouco explorado na literatura. Selecionei os artigos através da leitura de seus títulos e resumos, com a solicitação do texto completo daqueles que se referiam a estudos sobre o tema da pesquisa: violência urbana e saúde, ativismo e/ou movimento social.

nos informantes, sobretudo em uma pesquisa como esta, que trabalha com pessoas vítimas de violência, muitas vezes ameaçadas e, não sem motivos, desconfiadas. É no mínimo estranho, como apontaram alguns participantes, que a pesquisadora garanta sigilo e ao mesmo tempo solicite que o informante assine um documento. Em uma tentativa de minimizar esse incômodo gerado no informante, por vezes disse que uma rubrica no TCLE era o suficiente.

O trabalho de campo

Realizei o trabalho de entre os meses de abril e julho de 2011. Contudo, iniciei o contato com as instituições meses antes, em outubro de 2010. A chegada às instituições mostrou ser a parte mais difícil porque precisei telefonar, conversar e visitar diversas organizações até chegar às quatro que participaram desta pesquisa. Descrevo em detalhes a seguir, no tópico ‘Notas sobre a pesquisa’, essas dificuldades logísticas iniciais.

O roteiro de perguntas utilizado contemplou dois núcleos analíticos da pesquisa: 1) as primeiras perguntas do roteiro foram formuladas com um foco na instituição, ou melhor, na relação do entrevistado com a instituição da qual faz parte e sobre como a violência urbana pode afetar a vivência do espaço e das relações sociais; 2) na segunda parte, as perguntas tiveram ênfase no indivíduo; suas vivências de violência e possíveis formas de enfrentamento.

Por conta da delicadeza do objeto de pesquisa, as primeiras perguntas do roteiro foram propositalmente sobre temas mais gerais. A ordem das perguntas foi pensada para deixar o entrevistado mais à vontade, visto que além da situação de inibição natural durante esse tipo de entrevista, assumia como pressuposto que os participantes da presente pesquisa já tinham sido vítimas de algum tipo de violência urbana.

Realizei *observação participante* em todas as instituições de origem dos entrevistados como estratégia de aproximação com o campo empírico. Entendo a observação participante como parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa e como uma forma de

primeira aproximação com os que serão futuramente entrevistados. Cecília Minayo (2010) define a técnica como

processo pelo qual o pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador (...) fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa (p. 70).

Utilizei o *diário de campo* para registrar todas as impressões, sentimentos, conversas informais, comportamentos, observações e notas importantes que diziam respeito ao tema da pesquisa.

A escolha de entrevistar um grupo específico (membros fundadores, funcionários, gestores e professores) se justifica pelo trabalho que desempenham em cada uma das instituições, participando diretamente do seu cotidiano e dos trabalhos nelas desenvolvidos.

Selecionei as instituições - que trabalham com o tema da violência urbana - segundo a disponibilidade e motivação dos seus gestores em participar da pesquisa. Além destas, contatei outras duas instituições que não se disponibilizaram a participar. Convidei outra importante instituição carioca que aceitou participar da pesquisa, porém não se adequava ao perfil por não trabalhar diretamente com o tema da violência.

Realizei as entrevistas de campo entre os meses de abril e julho de 2011. O contato com as instituições participantes ocorreu, contudo, meses antes, sendo iniciado em outubro de 2010, inicialmente através de e-mails e telefonemas e mais tarde com reuniões presenciais para apresentar a pesquisa e as formas de obtenção de dados. Assim, a escolha das instituições e a negociação foram mais longas do que o trabalho de campo propriamente dito.

Seleção dos informantes

Trabalhei com uma amostra intencional a partir da técnica ‘bola de neve’ (ou seja, alguns entrevistados foram escolhidos e indicaram outros) para selecionar os entrevistados de cada instituição. Esta técnica permite que o pesquisador vá se informando sobre outros possíveis interlocutores, sucessivamente, prescindindo, assim, das pessoas que o introduziram no grupo, criando maior possibilidade de confiabilidade para a pesquisa (Minayo, 2008).

Inicialmente, selecionei os entrevistados por indicação de pessoas-chave dentro de cada instituição. Estas pessoas-chave foram as que me receberam durante o primeiro contato com a instituição e facilitaram o acesso aos entrevistados. Logo, faziam parte das ONG’s, mas não estavam necessariamente dentro do perfil (não eram ativistas). Elaborei um pré-roteiro de entrevistas para saber quem estava dentro do perfil procurado, de forma que a escolha dos entrevistados foi deliberada porque selecionei informantes cujas características favoreciam a obtenção das informações necessárias à pesquisa.

O critério de seleção dos informantes respeitou o pertencimento aos distintos cargos ocupados, a diversidade de funções (administrativas e operacionais), bem como o tempo de trabalho na instituição. Inicialmente pensei em entrevistar os usuários dos serviços oferecidos pelas instituições – em geral adolescentes e jovens. Contudo, concluí que frequentar a instituição e usufruir das atividades que estas oferecem não fazem do jovem um ‘ativista’. Por isso, mantive o foco nos gestores e membros fundadores das instituições. Os critérios de inclusão na amostra foram: indivíduos que se encontravam há pelo menos quatro anos nas instituições selecionadas (visando selecionar pessoas com um tempo maior de conhecimento do serviço) e terem sido vítima – direta ou indireta – da violência urbana.

Coleta de dados

As entrevistas duraram em média uma hora e meia, sendo gravadas com consentimento dos participantes e posteriormente transcritas na íntegra pela autora da pesquisa. Tive o cuidado de manter o conteúdo original das falas. O número de entrevistas realizadas não foi definido a priori. Cheguei ao total de 14 entrevistas pelo critério da saturação das respostas, pois suspendi a inclusão de novos entrevistados quando suas falas, segundo minha avaliação, começaram a se repetir tornando-se redundantes, não sendo relevante continuar colhendo dados (Denzin & Lincoln 1994). As entrevistas estão identificadas por pseudônimos. Omiti menções a nomes e lugares que pudessem permitir a identificação⁶ dos entrevistados.

A entrevista - como técnica de obtenção de dados e informações - contempla uma série de problemas e possibilidades, onde se inclui desde a fidedignidade das respostas oferecidas pelo entrevistado até o lugar que o pesquisador ocupa na pesquisa. Utilizei a entrevista semi-estruturada, instrumento privilegiado de coleta de informações, pois a fala pode ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos e ao mesmo tempo transmitir as representações de determinado grupo em condições históricas, econômicas e sociais específicas (Minayo, 1994a:109-110).

Outra questão a ser destacada é a possibilidade de interação entre pesquisador/pesquisado. A visão de mundo do pesquisador e dos atores sociais está implicada em todo o processo do conhecimento. Conforme Lévy-Strauss (1975) já afirmara, “em uma ciência onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador é, ele mesmo, uma parte de sua observação” (p. 215). Sendo esta uma pesquisa qualitativa, seu desenvolvimento

⁶ Em algumas instituições, percebi que, pelo número reduzido de entrevistas e pela exposição pública de algumas das pessoas entrevistadas, sua identificação na pesquisa talvez seja possível. Essa situação foi abertamente exposta para os participantes, e nenhum deles se opôs a essa possível identificação.

é complexo, pois o objeto (gente, em determinada condição social, pertencente a um determinado grupo) é contraditório e inacabado, estando em constante transformação. Assim, a entrevista, mais do que uma possibilidade de obtenção de dados, é também uma situação de interação, nas quais as informações dadas pelos sujeitos podem ser profundamente afetadas pela sua relação com o entrevistador.

Gostaria de pontuar que na pesquisa em ciências humanas o olhar de quem vê é quem faz a realidade. Quando ‘os índios somos nós’ (expressão de Roberto Kant de Lima, 1985) ou seja, quando o ‘objeto’ estudado e o pesquisador participam da ‘mesma cultura’, não estamos isentos de nossos pré-conceitos, limitações e erros de leitura. Assim, os cuidados na pesquisa devem ser redobrados.

Realizei *entrevistas semi-estruturadas* com gestores administrativos, membros fundadores e professores das oficinas (quando foi o caso) das instituições selecionadas.

Para manter o sigilo dos entrevistados, identifiquei suas falas por pseudônimos e por uma letra que identifica a instituição às quais pertencem. Omiti as referências aos locais de atuação e/ou moradia.

Nenhum participante se preocupou com a forma de divulgação dos dados. Pelo contrário, quando foi lhes informado que os dados eram sigilosos, eles afirmaram que queriam que seus nomes fossem divulgados e vinculados às organizações onde atuam. As instituições escolhidas nesse estudo são bastante conhecidas no cenário carioca e possuem uma ampla divulgação de seus projetos e trabalhos na mídia. Ainda assim, para preservar o sigilo exigido na pesquisa social, os dados de todas as instituições participantes serão apresentados em conjunto e, ainda que citadas no discurso dos participantes, acredito não ser possível a identificação do indivíduo. As instituições estão apontadas apenas pelas letras A, B,C e D no capítulo de resultados para evitar a identificação dos entrevistados.

A identificação dos nomes das instituições participantes na pesquisa foi uma questão importante ao longo da pesquisa. Retomei contato com o Comitê de Ética da ENSP (após a

aprovação da pesquisa) para falar sobre a divulgação ou não dos nomes das instituições. Fui orientada a conversar com os próprios participantes da pesquisa e assim optei pela divulgação das instituições após negociar com os próprios ativistas que, conforme já exposto, não se opuseram a isto.

Na tabela a seguir está condensada uma rápida descrição dos entrevistados, objetivando destacar as diferenças entre instituições e pessoas que participaram da pesquisa. Os dados da tabela evidenciam que, embora façam parte de um mesmo tipo de ‘ativismo social’ - todas são instituições de enfrentamento da violência urbana - as diferenças institucionais e interpessoais são bastante expressivas. Grande parte dos dados aqui apresentados foi extraída do Diário de Campo.

Quadro 1: Breve caracterização dos entrevistados

Instituição/ pseudônimo	Idade	Anos de trabalho	Dados socioeconômicos	Contexto de aproximação	Experiências de violência
E1 João <i>Instituição A</i>	37	2,4*	Branco. Estudante de Direito. Assessor de projetos. Mais de dez anos de cadeia em regime fechado.	Contato mediado por uma funcionária da instituição, que inclusive agendou as entrevistas. Muito disponível para participar. Intenção de candidatar-se a cargo político.	Autor e vítima de violência. Atuou como traficante de drogas no passado. Vítima de violência policial.
E2 Mateus <i>Instituição A</i>	26	4	Negro. Sem informação sobre escolaridade. Recém egresso do sistema prisional. Cumpriu pena por tráfico de drogas em regime fechado. Tem filhos pequenos.	Contato mediado por uma funcionária da instituição, que inclusive agendou as entrevistas. Entrevista muito difícil para o entrevistado. Longas pausas, muito silêncio.	Autor e vítima de violência. Atuou como traficante de drogas no passado. Vítima de violência praticada por outros traficantes.
E3 Geraldo <i>Instituição A</i>	41	4	Negro. Sem informação sobre escolaridade. Ex-policial. Morador de favela. Cumpriu pena por atuar na milícia e foi expulso da corporação.	Contato mediado por uma funcionária da instituição, que inclusive agendou as entrevistas. Muito disposto a participar.	Atuou na milícia. Vítima de violência de outros colegas da polícia e do tráfico.
E6 Gilda <i>Instituição A</i>	44	7	Branca. Sem informações sobre escolaridade. Trabalhou para o tráfico de drogas e chegou a ser presa por envolvimento. Mora e atua na favela.	Contato mediado por uma funcionária da instituição, que inclusive agendou as entrevistas. Muito disposta para conversar.	Relata não ter tido problemas com tráfico ou com a polícia. Presenciou execuções e viu muita gente morta na favela.
E7 Jorge <i>Instituição A</i>	35	4	Negro. Sem informação sobre escolaridade. Ativista e artista. Nasceu e cresceu em favela. Cumpriu pena por tráfico de drogas em regime fechado. Tem filhos pequenos.	Contato mediado por uma funcionária da instituição, que inclusive agendou as entrevistas. Muito disposto a contar sua história.	Vítima e autor de violência. Atuou como traficante de drogas no passado. Vítima de violência policial e de traficantes.
E4 Sebastião <i>Instituição B</i>	30	7	Branco. Estudante universitário. Nasceu no interior e mudou-se para a capital com sua família. Mora na favela onde atua.	Contato mediado por outra pessoa da instituição, porém eu mesma agendei a entrevista de acordo com sua disponibilidade. Muito disposto a participar.	Problemas com policiais, desde sua juventude. Destaca ainda outras formas de violência na favela. Discurso muito crítico.

Instituição/ pseudônimo	Idade	Anos de trabalho	Dados socioeconômicos	Contexto de aproximação	Experiências de violência
E5 Felipe <i>Instituição B</i>	28	4	Branco. Sem informação sobre escolaridade. Morador de favela.	Contato mediado por outra pessoa da instituição, porém eu mesma agendei a entrevista de acordo com a sua disponibilidade. Me convidou para participar da sua oficina. Muito disposto para conversar.	Muitos problemas com policiais. Relata sentir um “conformismo revoltado” com relação às ações policiais na favela. Destaca ainda outras formas de violência na favela.
E8 Joana <i>Instituição B</i>	34	5	Branca, filósofa, doutoranda. Nasceu na favela, mas atualmente não vive mais em território segregado. Longa história de ativismo.	Contato mediado por outra pessoa da instituição, porém eu mesma agendei a entrevista de acordo com sua disponibilidade. Muito disposta a conversar.	Não teve nenhum problema direto com policiais, traficantes ou milicianos. Conviveu com caveirão, presenciou pessoas feridas e cadáveres na favela (expectadora). Teve colegas que sofreram ameaças do tráfico. Lida diretamente com vítimas de violência.
E9 Antonio <i>Instituição B</i>	22	6	Negro. Sem informação sobre escolaridade. Mora na favela onde atua. Muito religioso.	Contato mediado por outra pessoa da instituição, porém eu mesma agendei a entrevista de acordo com sua disponibilidade. Muito disposto a participar.	Relata ter tido problemas com ações desrespeitosas da polícia e interferências do tráfico no cotidiano da favela.
E10 Roberta <i>Instituição B</i>	36	6	Branca, nível superior completo. Escolheu trabalhar com pessoas de uma realidade muito diferente da sua.	Contato mediado por outra pessoa da instituição, porém eu mesma agendei a entrevista de acordo com sua disponibilidade. Muito disposta a participar. Me convidou para assistir seu trabalho na instituição.	Afirma que nunca teve problemas com traficantes, nem com policias ou milicianos. Diz que já levou seus ‘sustos’, mas nunca sofreu nenhum tipo de violência grave. Ressalta que não costuma frequentar a favela a noite, que é quando a ‘chapa esquenta’.
E11 Paula <i>Instituição C</i>	41	6	Branca. Sem informação sobre Escolaridade. Tinha uma pequena empresa, mas por conta das ameaças e atentados sofridos, deixou o negócio. Precisou também mudar-se do bairro onde morou a vida toda. Faz parte do Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos. Longa história de ativismo.	Primeiro contato pelo site da instituição. Foi a entrevista que aconteceu mais rápido entre o primeiro contato eletrônico e a entrevista em si. Esta aconteceu na sede da ONG. Fala muito corajosa. Me apresentou diversas vítimas de violência articuladas com sua instituição (me deu o ‘mapa da mina’)	Um dos relatos de violência mais ‘grave’, vítima de diversos tipos de violência. Passou por alguns atentados e emboscadas da polícia. Divergências e conflitos com policiais e milicianos /grupos de extermínio. Lida diretamente com vítimas de violência.

Instituição/ pseudônimo	Idade	Anos de trabalho	Dados socioeconômicos	Contexto de aproximação	Experiências de violência
E12 Gilberto <i>Instituição C</i>	56	5	Branco. Sem informação sobre escolaridade. Aposentado por invalidez. Se envolveu em um homicídio, foi julgado e absolvido. Desconfio de transtorno mental grave. Discurso repleto de conteúdo persecutório e fabulações. Possibilidade de Transtorno delirante ou Psicose. Possível relação entre início dos problemas psíquicos e o homicídio. Isso, porém, não foi aprofundado na pesquisa.	Apresentado por um informante que atua na mesma ONG. Me recebeu em sua casa. Estava muito disposto a participar. Fala muito corajosa, mas conteúdo provavelmente exagerado e fabuloso.	Envolvimento em homicídio, resultado de uma ação de legítima defesa. Afirma ter tido problemas com policiais (constantemente), traficantes de drogas locais e milicianos.
E13 Sofia <i>Instituição C</i>	41	6	Negra. Sem informação sobre escolaridade. Líder comunitária, ativista social. Vítima da violência urbana e do descaso dos serviços públicos de saúde.	Essa entrevistada me foi apresentada por uma informante que não cheguei a entrevistar. A entrevista aconteceu na sua casa, sem contato prévio. Ela falou com muito boa vontade sobre suas experiências e sofrimento. Morreu alguns dias após me conceder a entrevista.	Não sofreu nenhuma ameaça direta nem do tráfico, nem da polícia nem com milicianos, mas relata muitos problemas com militares da UPP, instalada recentemente em sua favela. Perdeu o filho caçula em um acidente na favela. Sua luta começou após a morte do filho.
E14 Luiz <i>Instituição D</i>	54	8	Branco. Nível superior completo. Fundador e diretor de ONG. Não atua mais em sua profissão de formação.	Contato prévio via site da instituição. Muita disposição para participar da pesquisa. Solicitou retorno dos resultados. Uma das entrevistas mais emocionantes para mim, embora não tenha sido a mais 'pesada' em termos de violência. Talvez a proximidade maior com a minha realidade seja a causa do impacto desta conversa.	Vivenciou a morte da filha em um assalto. Sua luta contra a impunidade começa após essa perda. Sofreu ameaças anônimas por telefone. Lida diretamente com vítimas de violência.

*Embora um dos critérios de seleção dos entrevistados tenha sido o tempo de permanência na instituição (mínimo de 4 anos de trabalho), esse entrevistado em particular, apesar de estar há relativamente pouco tempo na instituição, tem uma longa história de ativista em outros lugares. Achei interessante mantê-lo. Foi a única exceção.

Nesta pesquisa privilegiei a dimensão da experiência individual dos entrevistados (e não a instituição ou organização ao qual pertencem). A ênfase estará, portanto, na experiência de violência urbana do indivíduo. Contudo, é importante caracterizar brevemente cada uma das quatro instituições às quais os entrevistados estão associados, porque é nelas que os ativistas passam parte significativa do seu tempo dedicando-se às suas causas. Vale ressaltar que não identificamos a seguir qual a instituição A, B, C ou D, visando dificultar a identificação do entrevistado em sua instituição. A breve descrição de cada instituição tem como propósito apoiar o leitor na compreensão da conjuntura em que cada entrevistado atua no enfrentamento da violência.

O Observatório de Favelas



O Observatório de Favelas é uma organização social de pesquisa, consultoria e ação pública dedicada à produção do conhecimento e de proposições políticas sobre as favelas e fenômenos urbanos. O Observatório busca afirmar uma agenda de Direitos à Cidade, fundamentada na resignificação das favelas, também no âmbito das políticas públicas.

A instituição foi criada em 2001 e tem sede na Maré; sua fundação teve como protagonistas e é composta por pesquisadores e profissionais oriundos de espaços populares.

Tem como missão a elaboração de conceitos, projetos, programas e práticas que contribuam na formulação e avaliação de políticas públicas voltadas para a superação das desigualdades sociais. Para serem efetivas, tais políticas têm de se pautar pela expansão dos direitos, por uma cidadania plena e pela garantia dos direitos humanos nos espaços populares (Fonte: site oficial <http://www.observatoriodefavelas.org.br>).

Instituto Gabriela Sou da Paz



O Movimento Gabriela Sou da Paz foi criado pelos pais de Gabriela Prado Maia Ribeiro, que foi vítima de uma bala perdida no metrô em 2003. A perda da filha os levou a se engajarem na luta contra a impunidade e a violência urbana no Rio. Juntos mobilizaram outras famílias de vítimas de violência e fizeram uma campanha de mobilização nacional, uma ação concreta, a campanha “Diga não à impunidade”, com objetivo de alterar seis itens do Código Penal através de iniciativa popular e diminuir brechas na lei que promovem impunidade.

Foi acreditando no poder de conscientização e mudança do povo que os pais de Gabriela engajaram-se nessa luta, se doaram pela causa desse projeto, armaram tendas sob sol quente e sob chuva, sem distinção de lugar, independentemente da distância e da receptividade à campanha, conhecendo de perto várias pessoas com histórias de dor semelhantes às suas e participando ativamente do princípio ao fim (Castro, 2011).

A campanha de recolhimento de assinaturas para encaminhar ao congresso nacional um projeto de emenda popular começou em 2003, sendo entregue mais de 1.300.000 (um milhão e trezentas mil) assinaturas.

O Movimento Gabriela Sou da Paz é formado por voluntários, vítimas de violência, familiares de vítimas de violência, pessoas que de uma forma geral se sensibilizam com o projeto e dedicam seu tempo a formar essa vasta rede de solidariedade e luta. (Fonte: site oficial <http://www.gabrielasoudapaz.org>)

Rede Contra Violência



A Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência surgiu em 2004 como fruto da luta mais organizada das comunidades e dos movimentos sociais contra a violência de Estado, a arbitrariedade policial e a impunidade. Inspirada em mobilizações como as das comunidades do Borel, Acari, Caju e Manguinhos, bem como na resistência incansável de mães e outros familiares de vítimas da violência policial, a Rede (na época denominada Movimento Posso me Identificar) organizou em 16/04/2004 uma manifestação, data em que se completou um ano da chacina que tirou a vida de quatro jovens no Borel. Na ocasião, a instituição apresentou uma série de propostas e reivindicações ao poder público, que acabaram sendo respaldadas pelas Conferências Estadual e Nacional de Direitos Humanos, realizadas naquele ano.

A Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência é um movimento social independente do Estado, de empresas, partidos políticos e igrejas, que reúne moradores de favelas e comunidades pobres em geral, sobreviventes e familiares de vítimas da violência policial ou militar, e militantes populares e de direitos humanos. A Rede se constrói pela soma, com preservação da autonomia, de grupos de comunidades, movimentos sociais e indivíduos, que lutam contra a violência do Estado e as violações de direitos humanos praticadas por agentes estatais nas comunidades pobres. É formada por membros, participantes e militantes que atuam em pelo menos um grupo comunitário ou comissão de trabalho. Os grupos comunitários são de caráter local, e os principais responsáveis pela organização das denúncias e pela mobilização social nas comunidades contra a violência policial e militar (Fonte: site oficial <http://www.redecontraviolenca.org>).

Grupo Cultural AfroReggae (GCAF)



O AfroReggae foi criado em 1993 e é uma organização não-governamental que busca dar oportunidade a jovens que estejam na ociosidade, envolvidos direta ou indiretamente com a criminalidade violenta (Junior, 2006), todos vítimas diretas da violência urbana. Objetiva transformar a realidade de jovens moradores de favelas utilizando a educação, a arte e a cultura como instrumentos de inserção social. A instituição tem uma história peculiar: nasceu de uma tragédia, a chacina de Vigário Geral, ocorrida no mesmo ano (quando vinte e um moradores foram mortos por policiais em uma operação ilegal de ‘acerto de contas’ com traficantes de drogas locais). Após a chacina, os produtores do ‘AfroReggae notícias’, jornal que começava a circular na cidade, foram até a favela de Vigário Geral (Zona Norte) e começaram a oferecer oficinas de percussão, capoeira, reciclagem de lixo e dança para os moradores. Desde então,

O Grupo Cultural AfroReggae investe no potencial de jovens favelados, levando educação, cultura e arte a territórios marcados pela violência policial e pelo narcotráfico (...) O AfroReggae vem utilizando atividades artísticas, como percussão, circo, grafite, teatro e dança para tentar diminuir os abismos que separam negros e brancos, ricos e pobres, a favela e o asfalto, a fim de criar pontes de união entre os diferentes segmentos da sociedade (Fonte: site oficial <http://www.afroreggae.org>)

O AfroReggae tem hoje 13 subgrupos: oito bandas, duas trupes de circo, uma de teatro, um coral e um grupo de dança. Possui ainda dois programas de rádio e o evento Conexões Urbanas, que leva artistas da MPB para cantar e tocar em áreas territorializadas pelo tráfico de drogas e, por isso, muito violentas, consideradas como ‘perigosas’ na cidade.

O grande ‘lema’ do grupo, citado várias vezes durante as entrevistas, é transformar a violência em paz, através de manifestações culturais.

Notas sobre a pesquisa

A descrição da metodologia de uma pesquisa, sobretudo em favelas ou áreas ‘perigosas’ da cidade, não revela, muitas vezes, as dificuldades que se impõem para sua realização.

Edson Nunes (1978) destaca que, apesar da extensa literatura sobre métodos, pouco se conhece sobre o ‘método’ utilizado para a realização de estudos específicos, uma vez que os manuais estariam mais voltados para um exame lógico dos métodos de pesquisas, interessados, sobretudo, em uma lógica mais própria do ‘contexto’ da ‘justificação’ do que do contexto da descoberta (p. 10). Assim, às vezes é preciso executar cotidianamente o ‘assassinato do método’ – como descrito nos manuais de metodologia. Manuais estes que não ensinam sobre as dificuldades, percalços e adaptações que, via de regra, os pesquisadores – grupo em que me incluo - fazem durante o processo da pesquisa.

A primeira dificuldade que me deparei ao iniciar a pesquisa de campo foi a de encontrar grupos, instituições ou ONG’s que, adequando-se aos requisitos estabelecidos, aceitassem participar da pesquisa. Acredito que alguns dos fatores que dificultaram a aproximação foram a rotina de trabalho das instituições e o acúmulo de atividades em certos períodos (fator falta de tempo), além do desinteresse de alguns profissionais em participar de pesquisa. É sabido que muitos pesquisadores ‘usam’ os ativismos e movimentos sociais, colhendo dados para suas pesquisas e nunca mais retornam para dividir o que aprenderam. Penso que esse fator, somado ao desconhecimento dos resultados quando as pesquisas acabam, contribuem para o desinteresse de algumas instituições.

Selecionadas as instituições participantes, boa parte do problema foi solucionado: o campo estava ‘garantido’. Contudo, os desafios permaneceram até a etapa final desta fase da pesquisa, que considero ter concluído quando findada a transcrição da última entrevista.

Aprendi que o ambiente ‘ideal’ para entrevistar os informantes raras vezes é possível. Às vezes não temos uma sala vazia e silenciosa para entrevistar. Quando a conversa é gravada, isso é uma preocupação a mais, pois o barulho externo pode comprometer a qualidade da gravação. Outro ponto é saber lidar com pessoas ‘curiosas’ que tentam participar sem serem convidadas. Sair dessas situações pode ser muito difícil, sobretudo quando há questões de hierarquia institucional.

Precisamos ter um cuidado especial com a vestimenta no trabalho de campo em favelas, ainda mais quando não sabemos qual facção de tráfico de drogas está no ‘comando’. Evitar certas cores torna-se um item de segurança e dispor de um calçado confortável, fundamental.

As outras dificuldades são de ordem logística. Algumas entrevistas previamente agendadas podem ser canceladas (por desinteresse do participante, por contratempos, entre outros fatores) e podem ocorrer atrasos e imprevistos. Por isso aprendi a ir para o campo sem hora para voltar a casa e sem agendar outros compromissos para o mesmo dia de entrevistas. Aprendi também a levar água e lanche, pois nunca sabia se e quando poderia me alimentar em dia de trabalho de campo. Particularmente, sempre aceitei café quando me ofereciam. Entendi o momento do café como forma de aproximação, gentileza do interlocutor e ‘quebra gelo’.

Comprovei ainda que o gravador inibe o entrevistado. Ele só é bom para o entrevistador. Por mais que o informante permita a gravação, informações preciosas podem vir quando o instrumento é desligado. E apenas quando é desligado.

Análise e interpretação dos dados

Como não é um objetivo deste trabalho realizar uma análise do discurso baseada na linguística (tampouco apontar erros de português), as falas foram ligeiramente adaptadas apenas para favorecer a leitura do texto. Assim, preservei o sentido do que os entrevistados me contaram, mas omiti interjeições e vícios de linguagem.

O processamento e a interpretação dos dados qualitativos foram efetuados a partir do enfoque da *análise temática*, seguindo a perspectiva da análise de conteúdo de Laurence Bardin (1979) em sua versão adaptada por Romeu Gomes (2010) e Cecília Minayo (2008). São propostas três etapas neste processo: a pré-análise (que inclui a leitura flutuante e exaustiva das entrevistas, a constituição do corpus e a formulação de hipóteses), a segunda etapa refere-se à exploração do material (onde procurei encontrar as categorias) e, por fim, uma terceira etapa (de tratamento dos resultados obtidos e interpretação)

Cecília Minayo (2008) destaca que fazer uma análise temática “é descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação, cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objeto analítico visado” (p. 316). Acrescentaria aqui também a ausência de dado como um dado que deve ser também levado em consideração no processo de análise.

Após leituras flutuantes e repetidas dos depoimentos, emergiram narrações distintas, ou unidades de significação, sobre a experiência de ser vítima de violência urbana e participar de ativismos sociais. Estas unidades foram agrupadas em categorias temáticas, utilizadas para codificar as transcrições e enriquecidas com a literatura especializada.

3. “A violência está em toda parte”: Relatos de ativistas na cidade do Rio de Janeiro

Para ampliar a compreensão sobre os ativistas entrevistados nesta dissertação, apresento alguns dados sócio-demográficos: nove entrevistados são homens e 5 são mulheres; a idade média é de 37,5 anos; variando entre 22 e 56, o tempo médio de atividade no cargo exercido na instituição 5,3⁷ anos; a maioria dos ativistas ocupava o cargo de coordenador/membro fundador (5) nas instituições onde exerciam suas atividades durante a etapa de campo da pesquisa. Três deles se definiram como membros das instituições em que trabalham, dois são professores, dois são supervisores, um (1) é agente de projetos e outro se considera assessor. Respeitei a forma como eles próprios se designaram.

É importante apontar aqui as diferenças entre os participantes das quatro instituições visitadas. As diferenças são significativas tanto no que se refere ao perfil dos ativistas (que difere de instituição para instituição) quanto nas formas de enfrentamento da violência urbana pelos ativistas.

A própria localização geográfica das instituições já diz muito sobre as diferenças encontradas. Nos casos onde os ativistas são moradores de favelas, em sua maioria, eles atuam na instituição sediada ou próxima ao seu local de moradia. Parece existir ainda uma ‘escolha’ de mão dupla, onde o ativista escolhe e é escolhido pela instituição.

Na instituição A, a entrada dos ativistas ocorre de uma forma bastante diferente. Em geral, os gestores buscam pessoas envolvidas com a criminalidade e oferecem oportunidade de emprego. Essa oportunidade de ‘mudar de vida’ é oferecida para dezenas de pessoas, porém poucas aceitam e pouquíssimas seguem no ativismo. De um modo geral, os ativistas na

⁷ As idades variaram entre 22 e 56 anos, sendo a mediana de 36,5 anos. O tempo médio dos anos no cargo atual foi calculado pela média estatística, sendo o menor tempo no cargo de 2,4 anos e o maior de 8 anos. A mediana dos anos no cargo foi de 6 anos.

instituição A são jovens, possuem baixa escolaridade e são moradores de favelas. Um achado interessante é que nessa instituição encontrei vítimas de violência e também perpetradores da violência urbana. As vítimas tiveram problemas com o tráfico e com a polícia. Já os perpetradores foram traficantes de drogas e milicianos.

Na instituição B os ativistas entrevistados, em sua maioria, se tornaram ativistas após participarem dos cursos e oficinas oferecidos na instituição quando crianças ou adolescentes e de alguma forma se ‘encantaram’ com o trabalho desenvolvido e se tornaram militantes pela causa da instituição. Apresentam nível educacional superior aos demais e possuem um perfil mais acadêmico. São jovens e moradores de favela. Alguns são moradores de bairros formais. Dos que já sofreram violência urbana, estes foram vítimas do tráfico e indiretamente da polícia.

Já na instituição C, todos foram vítimas diretas de violência. Não ficou claro como os ativistas se conheceram ou como passaram a atuar pela mesma causa. São mais velhos, com longa história em ativismos e movimentos sociais (anteriores à questão urbana). Possuem baixa escolaridade e são moradores de favelas ou áreas pobres da cidade. Foram vítimas de todos os grupos armados com domínio de território: sofreram violência do tráfico, da polícia e da milícia.

Por fim, na instituição D, assim como na C, os ativistas formam uma rede de vítimas para ajudar e acolher outras vítimas. O perfil socioeconômico aqui é muito variado, mas os gestores são mais velhos, com escolaridade superior e moram em áreas privilegiadas da cidade.

Ao analisar as estratégias coletivas (que serão apresentadas adiante) quanto às formas de enfrentamento, percebo que essas são comuns aos ativistas das quatro instituições. Já as estratégias individuais (sobretudo as de *coping*, que também serão apresentadas adiante) apresentam diferenças significativas entre eles. Na instituição A os ativistas relatam usar

principalmente estratégias de enfrentamento do tipo *coping* de evitação. Já nas outras (B, C e D) a principal estratégia é o *coping* do tipo direto.

Dito isso, sigo com a apresentação, categorização e análise dos resultados obtidos.

3.1 Sobre as ações desenvolvidas pelos ativistas em suas instituições

No que se refere às **ações desenvolvidas pelos entrevistados**, as respostas foram parecidas no que tange aos sentimentos envolvidos na participação destes em suas instituições de origem.

Foi possível colher as seguintes representações sobre o que significa participar de uma instituição envolvida com o tema da violência:

Já está presente na minha vida antes da minha entrada [nome da instituição]. (Joana, B)

Já faz parte da minha vida. (Antonio, B)

É uma satisfação imensa. (Jorge, A)

É muito gratificante porque hoje eu tenho voz. (Paula, C)
Muito orgulho. (Gilda, A)

É muito bacana. (Sebastião, B);

Ah! Pra mim é maravilhoso, porque se não tivesse essa instituição eu com certeza ainda estaria levando uma vida à margem do crime, no crime e eu poderia estar morto ou preso novamente. (João, A)

De maneira geral, as **ações desenvolvidas nas instituições se mistura a própria história de vida** dos entrevistados, seja pela proximidade com o cotidiano violento, caso dos que foram vítimas diretas da violência urbana, seja pela aproximação ‘por escolha’, caso das pessoas que não viviam em territórios violentos, mas que de alguma maneira foram impactadas pela violência e atualmente trabalham em instituições de apoio e enfrentamento:

Eu vejo como uma maneira muito boa, você está crescendo na vida como indivíduo e está presente em projetos, que é uma coisa que eu sempre gostei, desde a minha adolescência, mas não sabia como desenvolver. Eu acho que a instituição tem um valor importante nisso, a representatividade do lugar onde eu moro, na favela onde eu nasci. (Felipe, B)

Para três entrevistados, a **violência urbana se mistura e influencia a história de suas vidas**:

No meu caso, eu posso falar particularmente porque eu era traficante. Então eu sei que eu trazia o mal para muitas pessoas. Eu não fazia o bem, atrasava muita gente. (Mateus, A)

A violência que eu acompanhei por muito tempo por ter sido policial e o que acontecia na rua no meu serviço de policial militar eu sempre carregava uma carga pra dentro de casa; essa carga conseguia dissipar jogando um pouquinho pra minha esposa, um pouquinho pros meus filhos, era agressivo com as palavras, eu achava que não tinha saído ainda da ocorrência. (Geraldo, A)

Dois entrevistados pertencem à classe média e nunca moraram em territórios favelados, mas de alguma forma se sentem impactados pela violência e atuam com esse tema.

Apresento o depoimento de Roberta, que se encaixa neste perfil:

Eu não sou uma moradora de comunidade popular. Eu moro na zona sul do Rio de Janeiro e desde que eu comecei a me entender como ser humano mais adulto, comecei a querer interagir com essa realidade porque na zona sul eu sinto que todo mundo fica numa bolha, afastada da realidade das favelas. E eu sempre tive uma vontade muito grande de poder de alguma maneira contribuir com o que eu tinha tido. (Roberta, B)

Para dois entrevistados, trabalhar em uma instituição de enfrentamento à violência parece ser uma **forma de redenção, de acertar as contas com o passado** que eles mesmos julgam marginal ou criminoso:

Tá aqui é uma forma de tentar resgatar, tentar pagar algumas dívidas que eu tive no passado, porque teve umas coisas que aconteceram comigo e eu estou tentando hoje pagar as dívidas fazendo hoje esse

serviço social. Pra mim isso é uma alegria, eu consigo pagar algumas dívidas minhas com isso. (Geraldo, A)

É uma satisfação imensa porque eu fui um cara que tenho minha vida transformada [nome da instituição]. Eu fui um cara que nasci e me criei em [nome da favela]. Aos 13 anos eu me envolvi no tráfico, aos 19 eu fui o chefe do tráfico na favela de [nome da favela]. Então passei 10 anos como dono da boca, depois de um momento de angústia, muita angústia, desilusão, eu fui preso, eu fui julgado, eu fiquei um mês preso. Daí eu pensei em voltar pro tráfico, quase organizei uma guerra, eu queria trabalhar de alguma forma senão eu ia voltar pro crime (...) Reescrever um pouquinho da minha história e da história de outras pessoas através da minha experiência de vida. Isso me dá satisfação, essa é a minha missão. (Jorge, A)

Atuar hoje na tentativa de coibir os crimes pelos quais foram punidos parece ser uma estratégia simbólica de acerto de contas com o passado no crime. Às vezes essa tarefa aparece no discurso como uma ‘missão’ de vida. Essa característica é comum entre os entrevistados que já foram presos, punidos ou julgados por cometerem crimes e incluem ex-traficantes de drogas e milicianos.

3.2 “Me sinto um pássaro preso na gaiola”: o “cotidiano violentado” dos ativistas cariocas

Neste subitem apresento os resultados obtidos com as entrevistas no que se refere às experiências e as formas como os participantes vivenciam as questões relacionadas com a violência (de maneira geral), com a violência urbana (especificamente) e das interferências, ameaças e problemas com policiais, traficantes de drogas de varejo e milícias em suas vidas diárias e na instituição a qual estão vinculados.

Quando perguntados sobre como a violência afeta o cotidiano, todos, sem exceção, relatam histórias de violência – diretas e/ou indiretas - e acreditam que ela **afeta a rotina, o cotidiano e as relações, enfim, suas próprias vidas**. E, corroborando a literatura

especializada, os entrevistados afirmam que a violência afeta o cotidiano de várias formas. Além disso, ela afeta as pessoas de formas diferentes.

As respostas giram em torno de questões sobre medo e sensação de insegurança constantes, perigo físico eminente – quando no caso de balas perdidas e confrontos entre polícia e traficantes -, violência como uma coisa latente, impossibilidade de circulação espacial e provocando o fechamento de escolas, creches e outras instituições em decorrência de conflitos nas favelas. Os principais temas que apareceram nas falas dos entrevistados neste subitem foram: **eminência de conflito** armado, **dimensão individual**, **implicação direta na saúde**, **violência associada com favela**, falta de investimentos do Estado, **vergonha / preconceito e naturalização**.

Para Fernando Fernandes (2009), um dos reflexos mais avassaladores da presença do tráfico na favela é a constituição de uma sociabilidade violenta, marcada pela presença maciça da força bélica, por confrontos entre criminosos e destes com a polícia – esses confrontos redefinem as relações sociais nas favelas -, que passam a ser orientadas por um contexto de medo, opressão e violência frequente. As constantes quebras de rotina, evidenciadas nas inesperadas trocas de tiros e na imprevisibilidade da relação entre traficantes e moradores delinea um campo de relações profundamente marcadas pela perda das referências coletivas e pela fragmentação das redes de relação locais.

Vejamos alguns depoimentos:

Toda a vida da comunidade é comprometida por essa eminência de conflito. Além de entrar atirando e deixando uma série de vítimas, o caveirão tinha um alto falante que xingava os moradores, fazia ameaças, entrava de uma forma totalmente desrespeitosa (...) O lazer, as pessoas colocarem cadeira na porta, os bares, tudo isso foi comprometido por esse pânico que gerou as incursões do caveirão. E a gente tem histórico de atendimento psicológico, teve muitos quadros de pessoas que não conseguiam sair na rua, não queriam sair de casa, não queriam retomar suas atividades porque isso tava presente de uma maneira que elas não conseguiam administrar mais, era um pânico mesmo. É muito pesado. (Joana, B)

Três dos entrevistados frisaram uma **dimensão mais individual** sobre como a violência afeta o cotidiano e tem **implicação direta na saúde**. Eles apontam:

Cada um reage de uma forma muito diferente. Tanto os sobreviventes quanto os seus pais. Pra esses é pior, como eu te disse, uns entram no movimento de cabeça, querem todo dia ir pra rua, fazer um abaixo assinado, querem todo dia. Esse é um perfil. E o outro é aquele que se recolhe, não quer nem tocar, ver o retrato, dá tudo, pra não ter mais nada do filho. (Luiz, D)

Ah, de todas as formas... A violência ela deixa a pessoa com Síndrome de Pânico, cada pessoa reage de uma forma. (Paula, C)

Afeta muito mesmo na carne de quem vive, a pessoa diretamente ligada, pai ou mãe de uma pessoa que sofreu a violência, ou a própria pessoa que foi afetada, um estresse, esse trauma fica. Tem pessoas que nem saem de casa com medo de que aconteça de novo. Esse serviço de psicólogo, que a pessoa vai procurar tem que ser um negócio muito sério, porque tirar aquele trauma não sai de dentro dela (Geraldo, A)

Sebastião problematiza a questão da **violência associada com a favela**, como se os espaços pobres da cidade fossem os responsáveis diretos pela origem e disseminação da violência urbana.

A gente tá falando especificamente da violência que é abordada como vindo da favela. A gente tem uma coisa real da violência, que de fato ela ocorre, uma coisa concreta, não é só uma questão de discussão, de posicionamento, de quem tá errado, quem tá discutindo. Acho que ela de fato ocorre, é uma questão concreta e aí ela vai parar em várias situações da vida cotidiana das pessoas, até com coisas físicas mesmo. E isso parece ter problema direto com a saúde, com a questão de viver em determinados espaços. (Sebastião, B)

Jorge ressalta a **falta de investimentos do Estado** como uma forma de violência e afirma que onde o Estado ‘falta’ outras instâncias paralelas de poder atuam, como por exemplo, o tráfico de drogas:

Falta de formação, falta de informação cultural, de saúde e educação, falta de saneamento básico, falta de moradia. Falta tudo, então o cara começa a desenvolver um aspecto agressivo e assim, eu falo pra você que eu convivi com pessoas que agiam diretamente com irracionalidade mesmo, por instinto. Não quero chamar os outros de

animais, mas eu conheço pessoas que puramente agiam por instinto e a única lei que ele sabia cumprir era a lei do tráfico, era aquela coisa de “errou tem que punir”. Eu sei que existe violência também nas classes mais altas da sociedade, mas dos meus, da classe mais baixa, a patologia foi a falta de investimento na área social. (Jorge, A)

Importante destacar ainda que, neste subitem, quando perguntados sobre como a violência (de maneira geral) afeta a rotina, os entrevistados falam diretamente da violência urbana – o que parece indicar que essa forma de violência é a mais presente em seus cotidianos e/ou a mais visivelmente percebida como tal pelos entrevistados.

A questão da estigmatização por morar em territórios favelados vivida como uma forma de violência também aparece em alguns relatos. Três entrevistados falam sobre a **vergonha** e o **preconceito** sofridos pelas pessoas que moram em favelas, que em certas situações – como entrevistas de emprego, por exemplo – negam suas origens por medo de discriminação.

O estigma e o preconceito histórico alimentam ações violentas do Estado, servindo de justificativa para os meios adotados. Assim, a imagem de favelado como potencial criminoso é reforçada a cada morte ou prisão de moradores de favelas identificados como ‘suspeitos’. A estigmatização é um traço marcante na construção de representações sociais sobre as favelas e seus moradores, inculcando no imaginário social coletivo a ideia de que na favela vive a bandidagem e a malandragem, em um suposto contexto de desordem social. Isso remete à ideia da favela como aglomeração patológica, vista como “uma aglomeração desordenada de vagabundos desempregados, mulheres e crianças abandonadas, ladrões, bêbados e prostitutas” (Fernandes, 2009:280 *apud* Perlman, 2002:42).

Os moradores de favelas sofrem, assim, um ‘duplo estigma’: o de ser pobre (e, em um país semiperiférico como o Brasil, ser pobre significa acesso limitado/impedido a bens e

serviços essenciais à vida, como educação, moradia, saneamento e saúde) e o de ser morador de favela (o que no imaginário social das elites pode significar perigo, asco e incômodo).

Dois entrevistados enfatizam a **naturalização da violência** como uma das consequências do cotidiano violento. Os relatos do Felipe e da Roberta são particularmente interessantes por serem pessoas com histórias de vida bem diferentes.

Eu sou nascido e criado no [nome da favela]. Eu cresci sabendo que na favela tinha bandido, que polícia entrava pra pegar bandido. Mas achava que era porque os caras tavam armados, vendendo drogas. A gente quando é criança não pensa nessas coisas. Então eu cresci com isso e a partir do momento que eu comecei a ver: “Porra, tem alguma coisa errada”. Mas tá errado dos dois lados. Violência de ambas as partes. Isso causa um afeto, uma transformação meio que negativa na cabeça. As pessoas que não moram nas favelas e não vivem esse cotidiano podem achar muito estranho o que acontece na favela. As coisas que vão acontecendo, é mais uma violência que a gente não sabe pra quem vai dizer. Aconteceu de novo. Um exemplo que é muito clássico de mudança no cotidiano é o próprio caveirão, é porque assim, o caveirão quando surgiu era aquele medo: “Cara! o caveirão, não vou sair de casa! caveirão, caveirão mata, veio buscar sua alma”. Já passou um tempo que o caveirão foi lançado, agora as pessoas andam na rua. O caveirão entra e aquilo é super violento. Mas as pessoas se acostumam. Infelizmente. (Felipe, B)

A violência afeta o cotidiano de forma brutal. Por exemplo, agora [nome da favela] tá num momento delicado. Muita presença de polícia e volta e meia tiroteio. Então na rua fica uma coisa que você sente uma tensão no ar. Aqui é um lugar que eu realmente frequento e convivo há anos. Eu sinto que as pessoas, ao mesmo tempo que tem uma felicidade, não sei se a felicidade é a palavra, mas uma espontaneidade e uma pré disposição pro bom humor que, que é até uma coisa espantosa. Se você pensar, o massacre que é uma vida em comunidade, não só da violência, mas da falta de saneamento, absoluta precariedade de serviços. Então é tudo muito pesado e as pessoas são ainda assim muito leves, em grande parte. Mas eu acho que há... uma intolerância. Eu acho que isso é muito forte, e tem a ver não só com a violência dos grupos armados, mas a violência mesmo com que essas populações são tratadas pela sociedade como um todo. A forma mesmo, a estigmatização que sofrem na favela. Isso também é uma espécie de violência. Então eu vejo que há uma intolerância, um pavio curto. Eu acho que isso é um reflexo da violência, da naturalização da violência. (Roberta, B)

3.3 Do: “Eu tinha guerra direto” até o “Nunca tive problemas, graças a Deus”: As experiências de violência urbana

Relato, a seguir, as relações dos participantes com a polícia, com traficantes locais e com grupos de extermínio (milícias). Estas duas últimas instâncias de poder são chamadas de *grupos criminosos armados com domínio de território* (Silva, Fernandes e Braga, 2008), e é a partir da conjunção de três elementos que o tráfico e as milícias atuam: uma relação que envolve o uso de armas de fogo, negócios ilícitos ou irregulares e o controle de áreas geográficas.

A maioria relata ter sofrido pelo menos uma forma direta de violência (urbana), como perpetradores da violência, vítimas diretas ou expectadores (vítimas indiretas, que assistiram crimes, execuções, homicídios, corpos expostos ou perderam parentes próximos). Às vezes, essas experiências são contadas de forma muito dolorosa por algumas pessoas, sendo minimizadas ou naturalizadas por outras. Em outros casos, é contada com detalhes surpreendentemente mínimos, apesar de já ir longe o tempo de violência vivida. Infiro que para alguns entrevistados, a violência é atemporal, pois não importa o tempo em que os eventos ocorreram. As experiências continuam vivas e claras na memória e nas lembranças. No subitem 3.5 esboço com mais detalhes uma possível articulação entre essas lembranças e a saúde mental.

Os temas que virão a seguir são relativos às experiências cotidianas dos conflitos armados, às experiências de violência urbana misturadas à ‘vida no crime’ e o tráfico de armas no Estado. Apresento ainda os depoimentos daqueles que afirmaram não ter tido nenhum tipo de experiência violenta.

Alguns relatam as experiências **cotidianas com os conflitos entre facções rivais do tráfico de drogas e a polícia e, eventualmente, com milicianos.**

Eu já vivenciei várias. Essa coisa dos conflitos é uma coisa que infelizmente é corriqueira pra mim. As incursões, seja entre facções,

seja a polícia entrando. E como tenho, além de morar aqui, essa coisa de tá sempre engajada em algum projeto, recebendo pessoas, tem essa coisa de também tentar administrar o pânico, orientar as pessoas, “não corre, se protege, entre em algum lugar”. A gente até brincava que ia fazer um treinamento de guerra, mesmo! Isso é corriqueiro (Joana, B)

Ah, várias vezes, em relação ao tráfico e à polícia. Eu indo trabalhar, pra fotografar, policiais entrarem, vistoriar mochila. Eu estar passando e eles achando que eu sou viciado, que eu uso drogas, pessoas entrarem na minha casa pra se esconder de traficante ou bandidos correndo atrás de pessoas que nem moravam lá e revistar tudo. (Antonio, B)

O longo depoimento abaixo surpreende pelo grau de violência presenciado, pelo impacto que causou e causa em nossa informante e pela riqueza de detalhes com que é contado.

Eu perdi um sobrinho, o L., tem sete anos. Era filho único, a mãe só tinha ele. Levou um tiro na perna, um na cabeça e está morto. Uma coisa que me marcou muito, isso já tem uns 20 anos, que eu vi, que é uma coisa que quando eu fecho o olho assim, às vezes... até esqueci, o tempo faz você esquecer. Mas não pra sempre. Eu acho que o que mais me fez entrar pra dentro do [nome da instituição] foi uma vez que eu tava numa favela, tava tendo um tiroteio lá, eu tava cozinhando, a mulher vendia roupa e vendia bijouterias na favela. E o menino chegou lá e falou que viu ela conversando com a polícia. E essa moça trabalhava lá, há uns 4 ou 5 anos já. Também cheirava, fumava, ficava lá na boca. Nesse dia, o garoto mandou segurar ela. Segurou, botaram o saco na cabeça dela e amarraram o pé e a mão pra trás. Na hora a polícia soltou, soltou fogos, a polícia tava entrando na favela. Eles correram, botaram ela num barraco e fugiam. Eu tava no trailer, que não tem que fechar quando polícia chega não, tem que ficar aberto. Continuei aberto, mas todo mundo esqueceu. Estava em frente, o barraco era em frente do trailer. Nós não vimos. Quando a polícia ainda tava lá subiu, aí o menininho veio e falou assim: “tia, tem uma moça aqui, vem cá ver”. Eu falei: “Moça?” “É, ela tá amarrada, vamos lá!”. E nós fomos lá no beco, entramos no barraco, quando chegamos lá tava ela morta, sentada aqui assim e o garotinho com o peito pro lado de fora mamando e os outros dois deitadinho na perna dela. Aquilo ali acho que foi o bastante pra mim falar “quero essa vida mais não”. Por que aquilo ali é uma coisa que eu fecho o olho assim e eu vejo. Eu fiquei impressionada, não consegui dormir, chorava muito, que foi uma cena assim, que eu fiquei de boca aberta. Eram crianças, que não sabiam nem o que que a mãe tava fazendo. Pensou que a mãe tava viva e a mãe não tava e quando tirou o saco do rosto dela tava com o olho grandão, tava toda roxa. Eu falei: “Agora chega!”. Isso mexeu muito comigo. (Gilda, A)

Dentre os entrevistados que tiveram envolvimento com atividades criminosas, **as experiências de violência urbana estão misturadas as suas próprias ‘carreiras’ no crime.**

A violência foi praticada por outros traficantes, pela polícia e/ou por outros grupos armados:

Sou cheio de tiro, eu. Mas eu era bandido, não posso falar, que eu ganhei deles, mas também dei tiro. Mas eu tenho, sou furado, furado aqui, furado aqui, furado aqui... Esse aqui foi de fuzil, não gosto de mostrar porque é feio mesmo. Mas já, já sofri, já vi polícia espancando as pessoas, matando amigos meus. (Jorge, A)

Claro, com certeza! Infelizmente porque eu não me orgulho, eu fui um causador da violência no nosso Estado. Eu fui um dos que portei essas armas no Rio de Janeiro e fui um dos que pratiquei muitas coisas erradas. Graças a existência [nome da instituição] eles mudaram a minha vida e hoje eu não faço mais parte dessa violência. Eu fui chefe do tráfico de drogas de 6 favelas do Rio de Janeiro, dentre elas [nomes das favelas]. Então você já imagina qual foi o tipo de violência que eu participei. Fui punido, cumpri 10 anos e 4 meses de pena em regime fechado, nos maiores presídios do Rio de Janeiro, como Bangu III, que eu passei a maior parte da minha vida e eu presenciei de perto, de perto, ali mesmo, a violência causada pelas armas. (João, A)

No que se refere à segurança pública, aqui cabe uma contribuição importante de João, que aborda a questão das **armas** no estado. Ele afirma que acompanhou toda a trajetória do tráfico de drogas no Rio de Janeiro até o momento em que se tornou traficante e percebe que a violência urbana aumentou muito desde então. Para ele, boa parte do problema seria resolvida se houvesse um controle maior sobre o tráfico de armas.

O problema da violência urbana no momento no nosso estado são as armas. As armas. A hora que derem cabo das armas, derem cabo de como entrar as armas no nosso Estado, a hora que punir de verdade quem opera as armas, armas que causam a violência, as armas que eu to falando para você são armas grandes, são fuzis, calibre 762, são fuzis calibre 556, 223. São armas de guerra, que não devem existir no nosso Estado e estão aqui dentro, aumentando cada vez mais a nossa violência urbana. (João, A)

Dos catorze entrevistados, **quatro mulheres afirmaram não terem tido problemas com policiais, nem com traficantes nem com milicianos/paramilitares.** Ainda assim, essas afirmações devem ser apresentadas com cuidado e levando-se em conta o contexto na qual

foram ditas. Uma delas diz não frequentar a favela à noite, outra diz que sempre pede permissão ao tráfico para fazer suas atividades dentro da favela, a terceira já teve que prestar esclarecimentos ao tráfico de drogas (sobre as atividades desenvolvidas) e, por fim, a quarta entrevistada já foi presa por envolvimento com o tráfico. Não foi realizada aqui uma análise de gênero, mas chamam a atenção os depoimentos destas mulheres. Por que não consideram essas experiências como violentas? Será que naturalizam ou suportam mais a violência urbana? São questões a serem estudadas.

Vejamos seus depoimentos:

Roberta afirma que nunca teve nenhum tipo de problema com essas instâncias de poder. Mas ressalta que não é moradora da favela onde trabalha/atua e não a frequenta à noite:

Eu não frequento [nome da favela] à noite e eu sei que a noite a partir de determinado momento. Quando escurece, o buraco é mais embaixo, pelos relatos que eu escuto. Então fica difícil de eu te dizer. Eu nunca sofri nenhuma violência aqui, o máximo que eu vi foi arma, na mão dos caras, dos traficantes na rua. Eu sempre me sinto um pouco assim, porque eu não gosto de ver as armas... Tá no meio de uma aula e aí você começa a escutar uns tiros Isso é o máximo, eu nunca vivenciei, mas acho que isso também é pelo fato de estar sempre de dia, é sempre um pouco mais tranquilo. Eu acho que no meu caso eu vejo muito mais essa violência do cotidiano entre as pessoas do que essa violência da arma, do tráfico, de tiro, da morte. (Roberta, B)

Já Sofia pontua que nunca sofreu nenhum tipo de ameaça ou represália do tráfico, mas sempre ‘pediu’ permissão a eles para exercer as atividades na favela:

Até que nesse ponto eu fui bem ajudada tanto por um que eu tive uma parte das olimpíadas cariocas que era feita dentro do quartel da polícia e eu fui lá na [nome da favela] e expliquei pra eles “Eu preciso fazer esse trabalho com os meus jovens, eu preciso tirar esses jovens da rua”. Conversei com os rapazes do tráfico, e ele me deu todo apoio, falou: “Não, você tá liberada”! Então, antes de fazer meu trabalho no quartel da polícia, fui lá conversar com eles. Se dissessem que eu não podia fazer eu não ia fazer, não sou maluca! (Sofia, C)

Já Joana afirma que nunca teve problemas com o tráfico, mas já precisou ‘prestar esclarecimentos’ sobre as atividades que desenvolve.

Eu já tive até por ter uma atuação em ONG aqui na [nome da favela], momentos de grupos do tráfico fazerem questionamentos assim: “Que trabalho é esse?”, “De onde vem o dinheiro?”, “Porque que vocês tão fazendo isso?”, “O que vocês ganham com isso”? Questões de esclarecimento, nenhuma ameaça direta. Outras pessoas que trabalhavam comigo já tiveram experiências. (Joana, B)

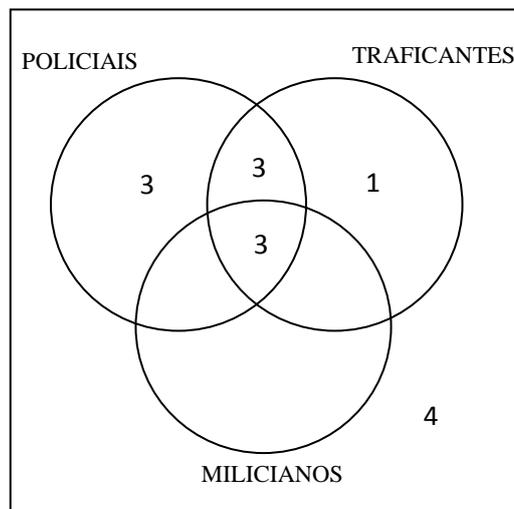
Por fim, Gilda afirma que nunca teve problemas com a polícia nem com os traficantes, mas que chegou a ser presa por envolvimento com tráfico de drogas no passado.

Eu fui presa, fiquei um mês e 24 dias porque eu cozinhava pro tráfico, eu ganhava dinheiro, eu tinha meus filhos, tava separada, tinha que dar comida e uma forma que eu encontrei foi cozinhar. (Gilda, A)

Nos parágrafos seguintes detalho **os relatos onde os participantes (ativistas) afirmam ter (ou ter tido) problemas com policiais, traficantes e/ou milicianos**. Três deles afirmaram ter tido problemas apenas com policiais. Um teve problemas somente com traficantes de drogas e três sofreram algum tipo de violência (ameaças diretas ou veladas, surras, sequestro, entre outros) da polícia e do tráfico. Três entrevistados enunciam ainda ter sofrido violência por parte de milicianos (paramilitares), sendo que estes últimos também relatam experiências de violência perpetradas pela polícia e pelo tráfico. Nenhum entrevistado afirmou ter tido problema apenas com milícias.

Com a análise conjunta das entrevistas construí um diagrama representativo das relações estabelecidas entre os entrevistados e as instâncias de poder que interferem no cotidiano dos primeiros.

Diagrama 1: Relações de conflito entre os entrevistados, a polícia, as milícias e o tráfico de drogas



O diagrama chama a atenção pelos espaços vazios e pelas interseções saturadas. Em relação ao número nulo de ativistas que relatam ter tido problemas apenas com milicianos, é importante destacar que não visitei instituições sediadas na Zona Oeste da cidade, onde estão espacialmente concentradas as favelas territorializadas por grupos paramilitares (milícias). Isso pode explicar em parte porque não aparecem relatos de problemas /ameaças apenas por parte de milicianos. Além disso, a convivência entre traficantes de drogas e milicianos não é nada pacífica e em algumas favelas a disputa por territórios acontece não apenas entre facções do tráfico, mas também entre facções do tráfico e milicianos. Isso pode justificar a interseção nula entre ativistas que tiveram problemas com o tráfico e com a milícia (dado que quando um grupo armado ‘vence’ a guerra, o outro é expulso da favela).

Os conjuntos saturados, ou seja, aqueles dos que tiveram problemas: 1) apenas com a polícia; 2) com o tráfico e com a polícia e; 3) com o tráfico, com a polícia e com a milícia, serão analisados nos parágrafos seguintes, mas destaco alguns pontos que chamam a atenção. É muito interessante que a polícia seja apontada como perpetradora de violência urbana para a maioria dos entrevistados, superando inclusive o tráfico local. Na interseção onde três indivíduos afirmam ter tido problemas com o tráfico e com a milícia, é preciso levar em conta

que esses ativistas moram em território segregado e que a violência policial para eles é mais absurda que a dos ‘bandidos’. A polícia parece ser tão ou mais violenta que o tráfico local. Por fim, na interseção dos que tiveram problemas com todas as instâncias de poder, cabe destacar que dois deles são da mesma instituição, possuem longa história no ativismo e até por isso já vivenciaram diversas disputas e trocas de poder entre o tráfico e a milícia. Essa interseção chama a atenção ainda por conter os relatos de experiências de violência urbana mais impactantes e os problemas de saúde mais graves decorrentes destas.

Dentre os que **tiveram problemas apenas com policiais**, todos sofreram algum tipo de ameaça ou agressão direta, a saber: sequestro, extorsão, espancamento, tapa na cara, intimidação, abuso de poder e roubo. Para ilustrar, destaco dois destes depoimentos, de João e Sebastião.

De outros traficantes não porque com os outros traficantes era guerra, eu guerreava com eles, eu briguei tempos e tempos contra [nome das favelas], e os tiroteios eram constantes. Com os traficantes era de igual pra igual. E eu era o chefe. Eu fui sequestrado por vários policiais que me extorquiram dinheiro. Mas das cinco vezes que eu fui sequestrado, em duas delas eu fui espancado antes de ser negociada a minha liberdade, em troca de dinheiro. Tive cabeça quebrada, tive costas todas lanhada. E fui submetido a submarino, que é meter um plástico na sua cabeça e prender para que o ar não entre. É esse tipo de violência, sofri bastante. (João, A)

Eu particularmente vivi inúmeras situações com relação à polícia, vários abusos. Eu trabalhava numa outra favela que era considerada uma facção rival a facção de onde eu morava. Ao chegar onde eu moro, tava sem luz, tinha 3 caras: 3 homens vestidos de preto e fui barrado. E esses 3 caras me chamaram pra dentro de um beco. E como tava numa situação escura, eu não sabia exatamente quem era, não sabia se era traficante, se era polícia, se era traficante de uma outra favela. Era situação que não dava pra saber, só me restava obedecer. Então fui pro beco e aí, pela conversa, eu vi que eram policiais. Eles me abordaram, me perguntaram perguntas rotineiras que a polícia faz: documento, se trabalha e tudo mais. Eles me perguntaram se eu trabalhava. E eu disse que sim. E aí eles me pediram, perguntaram se eu podia provar aquilo, que eu trabalhava. Mas eu não tinha nenhuma prova formal de que trabalhava. Só que na hora da tensão eu falei que tinha como provar. Aí um dos caras então me pediu que eu provasse, eu resolvi abrir a carteira para provar, mas eu não tinha nada como

prova, fiquei numa situação ali. “Vou apanhar”. Quando eu tava abrindo a carteira, o policial resolveu que não valia a pena ficar investindo em mim e me liberou. Foi uma situação tensa. Sofri desde agressões deste tipo a coisas maiores (Sebastião, B)

Outros entrevistados fazem críticas à instituição policial, mas não tiveram problemas de ordem pessoal com policiais. Todavia, relataram o incômodo gerado com as incursões desastrosas da polícia nas favelas, chacina de inocentes e desrespeito com moradores⁸.

A entrevista foi particularmente difícil para um dos informantes. Além de ter participado de atividades ilícitas como traficante de drogas no passado, ele fala de recordações muito dolorosas e ainda hoje é difícil comentar sobre suas experiências com a violência urbana – como perpetrador e como vítima direta. Segue o relato de Mateus:

Ainda mais quando é da pessoa mesmo, eu vivi ali... Então, se tivesse só ouvido falar. Mas ficar lembrando isso tudo, é uma coisa que eu quero até esquecer. Eu preferia até apagar da minha memória. (Mateus, A)

Mateus afirma ainda ter tido **problemas apenas com traficantes de drogas**.

Tem até um lance de um ex patrão meu, ele não era dono sozinho, mas ele tava querendo assumir tudo sozinho. Estava querendo tirar a minha vida e de mais outros cinco amigos meus. Sentamos e conversamos. Teve aquela reviravolta e acabou que foi tirada a vida dele. Foi o que aconteceu, se a gente não faz aquilo ia ser a gente. (Mateus, A)

Um dos reflexos mais avassaladores da presença do tráfico na favela é a constituição de uma sociabilidade violenta, marcada pela presença maciça da força bélica, dos confrontos entre criminosos e destes com a polícia, que redefine as relações sociais nas favelas, que passam a ser orientadas por um contexto de medo, opressão e violência frequente. As constantes quebras de rotina, evidenciadas nas trocas de tiros e na volatilidade da relação entre traficantes e moradores, delineiam um campo de relações profundamente marcado pela

⁸ Das instituições participantes, duas estão localizadas em favelas territorializadas pelo tráfico de drogas.

perda das referências coletivas, pela fragmentação das redes de relação locais e pela fragilização dos mecanismos de controle social (Fernandes, 2009).

Outro subgrupo, composto por três dos catorze entrevistados, afirmou ter tido **problemas com o tráfico e com a polícia**. Entre eles encontramos emboscada, espancamento, ameaças, desrespeito, ‘guerra’ e assassinato de amigos (com relação à polícia) e ‘guerra’, ameaça, tiros e invasão de domicílio (com relação ao tráfico de drogas).

O relato de Geraldo:

Eu tinha guerra direto. Como eu costumo dizer, eu não fui da milícia direta, de venda, de ficar vendendo gato net, de ficar vendendo gás, eu nunca fui assim. Se tivesse sido, talvez eu até tivesse tido dinheiro e eu nunca tive esse dinheiro todo. Eu fui mais de guerra. Se nós tivéssemos que tomar uma favela, uma comunidade, eu participava. Diretamente já sofri até mesmo dentro da polícia. Eu quase morri em uma ocasião em que eu comecei a coibir, quer dizer, a verdade foi que eu tentei pegar dinheiro toda semana de um jogo de bicho, de uma banda de bicho. Todo mundo pegava um dinheirinho. Eu ia lá e pegava meu dinheiro também. Com relação aos traficantes, eu não tinha guerra direta com ninguém declarada. Tinha sim, próximo da minha casa. Próximo da minha casa os traficantes, os ticas lá da minha casa achavam que eu era barreira na frente deles; só que eles não tinham inteligência de tentar me coibir, de tentar parar de combater eles e com eles a guerra foi mais fácil, porque eles não eram tão inteligentes. (Geraldo, A)

Relatei em pesquisa anterior (Sonoda, 2008; 2010) que a interseção de problemas com policiais e com traficantes faz sentido porque, supostamente, a ação violenta da polícia se faz diretamente proporcional à ação violenta do tráfico de drogas. Por isso, problemas com traficantes envolvem algum tipo de experiência violenta com a polícia, conforme o relato de alguns dos entrevistados.

Vejamos, por fim, os depoimentos dos dois entrevistados que afirmam ter tido **problemas com o tráfico, com a polícia e com milícias**. Estes problemas foram: ameaças, perseguição, atentados por parte da polícia e da milícia, tiro para o alto, intimidação dos traficantes e tiro no pé. Via de regra, nesta interseção (dos que tiveram problemas com

policiais, traficantes e com milicianos) estão os relatos mais graves, as experiências mais impactantes e que foram relatadas com riqueza de detalhes. Encontram-se aqui os casos que apresentaram os problemas mais graves de saúde.

O depoimento de Paula está classificado dentro deste subgrupo. Foi um dos relatos mais graves, com experiências muito chocantes, contadas com muito sofrimento e riqueza de detalhes. Este é um dos casos com forte impacto na saúde. Paula tem, apesar disso, uma postura de enfrentamento muito impressionante diante destes problemas.

Se eu não morri foi porque eles [grupo de extermínio] não quiseram me matar. Mas me aterrorizaram, me deram tiro no pé, me jogaram dentro do rio, me barbarizaram. Eu fiquei surda desse ouvido, eu escuto bater, mas eu não escuto bem. Mas isso tudo passou por um crivo político, porque eu quis mudar uma realidade que existia há muito tempo. Também só louco faria o que eu fiz. A Baixada Fluminense é fechada com grupo de extermínio. O grupo de extermínio tem seus padrinhos com mandato dentro da Alerj, com mandato dentro das câmaras de vereador e muitas vezes com seus prefeitos eleitos com mandato de executivo. Então eu fui contra um sistema, eu não fui contra um grupo de extermínio. (...) O traficante resolveu dizer pra mim que eu era do mesmo comando que ele. Eu disse: “meu amor, eu não tenho comando, quem me comanda sou eu mesmo, você acha que eu sou igual a você?”. E aí começou a discussão entre eu e o traficante. Ele falou assim: “Ah, quando você aparecer lá na minha área eu vou encher sua cara de tiro”. Eu falei: “Tenta a sorte! Tenta a sorte!”, pro traficante. O traficante tava fazendo campanha pro candidato do tráfico. Bem, a respeito de traficantes o primeiro foi esse mesmo e teve o caso dessa minha amiga que eu enfrentei eles porque o rapaz era só segurança do banco e eles assaltaram o banco e queriam levar o cara porque viu e foi com o pessoal de [nome da favela]. (...) Tinha um cara chamado A., ele expulsou um amigo meu da favela, tomaram a favela e mataram oito rapazes dentro de uma Kombi assim que eles ocuparam a favela. Faz um tempo. Aí eu me posicionei e falei que eles eram safados, eram bandidos, eram marginais, que à vida todos tinham direito e bati, bati, bati... Um pouco deles foi preso. Então eles ficaram mordidos comigo. Passou um tempo, eu fui na favela, buscar roupa pra um teatro e esse cara pegou e falou assim: “Eu não te mato porque você é um crime de excelência. Mas na verdade o que eu tinha era vontade de te matar. Eu quero que você desça desse morro agora!”. Eu falei: “Vou descer quando eu quiser, você não manda aqui”. “Ou você desce agora ou eu atiro em você!” Ele atirou. “Se você atirar em mim você vai ter que me matar”. Aí ele foi e deu um tiro. (...) E aí com a polícia foram vários problemas. (Paula, C)

3.4 Sobre como o cotidiano e as atividades diárias foram alteradas com as experiências de violência urbana

No que se refere à interferência da violência urbana no cotidiano, **a diversidade de respostas é o que prevalece**. As respostas mais comuns foram: **impossibilidade/dificuldade de locomoção, impedimento do exercício de suas profissões** (chamado aqui de dimensão econômica), **falta da família** (por conta de atividades ilícitas), **conflitos com a família** (devido ao trabalho ‘pesado’/não conseguir administrar a diferença entre ambiente de trabalho e ambiente familiar), administração do funcionamento da instituição em função dos conflitos e **discriminação/ódio**.

Temas relativos à **mobilidade espacial e formas de circulação na favela e na cidade** são apontados por quatro entrevistados como maior alteração do cotidiano. Nesta categoria estão agrupados os depoimentos relativos a não poder sair de casa ou do trabalho por conta de incursões da polícia e troca de tiros; a questão da troca de facções de traficantes e as alterações da vida na favela daí decorrentes; a necessidade de mudar a rota comum para evitar ser assaltado por policiais ou ser tratado com abuso por estes.

Como exemplo, afirma Sebastião:

Uma coisa básica, tanto da polícia quanto do próprio tráfico, em determinadas ruas que eu ando, eu saio pra ir trabalhar, eu volto, dependendo da situação de conflito tanto de facções quanto da polícia, eu sou obrigado a mudar a rota (...) Se a gente está sob o domínio, então de uma hora pra outra a facção muda. As regras elas passam a ser outras. Isso tem uma alteração imediata sobre a vida das pessoas. A gente tá, tá relativamente tudo tranquilo. Aí tem uma incursão da polícia, de manhã, com helicóptero rodando, com caveirões, com um monte de homens armados pela rua. E aí tanto faz, tanto a polícia quanto o tráfico armado, imediatamente muda todo o cenário. (Sebastião, B)

Outra alteração importante do cotidiano diz respeito a uma **dimensão econômica**. Dois entrevistados afirmam que tiveram que deixar seus empregos, ou seja, não puderam mais

trabalhar em suas profissões. No primeiro caso, por conta de ameaças diretas de grupos de extermínio e, no segundo, porque o entrevistado tornou-se uma pessoa pública em função do assassinato de sua filha, não conseguindo mais exercer sua atividade como psicólogo clínico.

Eu tinha uma pequena empresa de massa. Mas aí eles começaram a perseguir diretamente mesmo, antes eram ameaças veladas, depois passaram a ser fortes e antes de eu ser reconhecida, antes de sair esse lance de eu ir pra fora do país e ter reconhecimento internacional, eu tive um atentado. A partir daquele momento eu entendi claramente que eu não podia trabalhar, que eu não podia morar na casa, que eu não tinha mais uma vida ali naquele local, onde eu vivi dezessete anos. Eu entendi que não podia mais fazer, porque o que tava em risco não era só ele me matar, poderiam matar minha família (...) Eu fiquei com essa parte de remédio, essa pasta de receita, tomo um monte de remédio. Financeiramente fiquei na merda, ferrada mesmo, tanto na área da saúde quanto na área financeira. (Paula, C)

Eu era psicólogo, tinha consultório, a pessoa entrava no consultório depois que a minha filha morreu, 2, 3 meses, que eu tentei voltar a trabalhar, 50 minutos de consulta. Em 40 tava querendo falar de [nome da filha]. No mínimo eu tava enganando a pessoa e tava me fazendo mal. Então tive que, minha profissão acabou comigo, a morte da [nome da filha] acabou com minha profissão de psicólogo. Lógico, hoje eu uso muito da psicologia com outra vítima. A psicologia me ajudou extremamente a superar, a levar, a ficar um pouco em pé. Acho que a psicologia ajudou muito eu entender o que houve ali com a [nome da filha]. Mas eu não pude mais trabalhar em psicologia. (Luiz, D)

Outros dois entrevistados, Mateus e Geraldo, relatam que, para eles, a principal alteração do cotidiano foi **ficar sem a família**. No primeiro depoimento, pela ausência na família imposta devido à participação em atividades ilícitas. No segundo caso, o cotidiano foi bastante marcado por conflitos com a família e desconfiança das pessoas próximas.

Afetou porque eu quase não via a minha família. Tenho 2 filhos, um tem 8, um tem 6. Não participei assim, do nascimento deles. Era um pai super ausente. Hoje em dia que eu tô tendo mais oportunidade de ficar um pouco mais com eles. Antigamente, no passado...presença nenhuma. Não atuei quase nada como pai. Família se distanciando cada vez mais, me deixando sozinho. Muito difícil, mas passei por isso. (Mateus, A)

O cara que participa de guerra, que participa de troca de tiros, tem que botar o coração em último caso. Chega um momento que ele não tem como dividir isso, que aquilo ali, a família, o lado pessoal dele, os vizinhos, amigos. Até pra ele conviver com os amigos ele tinha certa desconfiança. Porque eu participei de muita guerra, vi muita morte e a gente fica com medo de morrer daquele jeito, daquela forma, e a gente se blindava, coloca uma couraça de todos os lados para que a gente não possa ser atingido. (Geraldo, A)

Joana diz ainda que **administrar o funcionamento da instituição em função dos conflitos da polícia e dos traficantes** é a parte mais delicada do seu trabalho, sendo também a principal forma de alteração do cotidiano marcado pela violência urbana:

Você tem que administrar um pouco do planejamento em função disso. Em situações de conflito a gente tem que ficar sempre avaliando na véspera ou mesmo no dia se a gente mantém, se a gente não mantém. Em geral, eu acho que a gente não deve reprogramar as nossas atividades e o nosso trabalho em função dessas questões justamente pra gente não legitimizar a ação deles. Mas a segurança das pessoas conta muito nessa hora. (Joana, B)

Jorge conta que sua própria história de vida está imbricada com a **violência naturalizada** no contexto onde nasceu, cresceu e ‘construiu’ sua ‘carreira’ de bandido. Para ele, a **discriminação e o ódio são os que mais afetam o cotidiano** dos espaços violentos.

A discriminação que faz com que ódio cresça, mas no meu caso, sinceramente, eu sempre fui fascinado pela vida bandida porque assim, eu tinha admiração pelos grandes chefes do tráfico. Eu queria ser igual a eles, porque eles eram referência de cara certo. Não de cara bom, mas de cara certo: era o cara que ajudava, que dava cesta básica, que promovia as festas, que fazia os bailes, que protegia, que tinha namorada bonita. E eu queria ter namorada bonita também, que tinha dinheiro, e eu queria ter cordão de ouro, ser igual ao Paul Fidelis, o *rapper* americano. Então assim, o meu caso foi mais de fascinação mesmo. Deslumbramento. Eu via o Rambo dando tiro na televisão; o Schwarzenegger; e eu via o cara do meu lado, com a mesma arma dando tiro. E a arma é uma coisa fascinante, fascinante. E quando você dá um tiro com uma arma você se sente poderoso. (Jorge, A)

Destaco ainda que alguns participantes entendem que a ‘violência urbana’ não se restringe àquela efetuada pelo tráfico de drogas, pela polícia ou pelas milícias, mas também consideram violência a falta de oportunidades (de trabalho, de educação, entre outros), o uso

abusivo de drogas (adicção), o descaso do poder público nas favelas e a falta de espaços públicos para deficientes físicos:

Eu vejo outras formas também de estar vivendo com violência. Por exemplo, numa favela você não ter espaço para deficiente físico, por exemplo. A pessoa do lado da sua casa não tem saneamento básico. Tem que fazer um gato pra poder sobreviver. Sabe, os serviços não chegam... Eu acho isso muito violento. O modo como as pessoas falam do lugar onde você nasce é violento. O modo como as pessoas te olham, só de saber que você é de favela. (Felipe, B)

Por fim, merece destaque o **número de vezes que a palavra ‘guerra’ aparece nos relatos**. O vocábulo é citado em seis das catorze entrevistas, sendo uma delas uma referência à Guerra do Iraque e as outras cinco à ‘guerra’ nas favelas cariocas.

Com os outros traficantes era guerra, eu guerreava com eles, eu briguei tempos e tempos contra [nomes das favelas] e os tiroteios eram constantes. (João, A)

Algumas guerras que eu tive dentro do bairro lá por ter drogas que eu não aceitava, eu tinha guerra direto. Eu sempre fui de fazer guerra e quando precisava de dinheiro eu ia no dono da favela (...) Aí eu comecei a guerra com eles, era guerra com eles direto. Os caras me chamaram pra gente ter um acerto e eu não queria acerto mais, queria guerra. (Geraldo, A)

O cara dá um tapa na cara de outro homem, ele não aceita e faz com que as pessoas metam a mão nas armas também e acaba feita essa guerra toda aí. Tiroteio, de correr, de se esconder, de ter que estar de guerra. (Jorge, A)

E como tenho, além de morar aqui, essa coisa de tá sempre engajada em algum projeto, então, recebendo pessoas, então tem essa coisa de também tentar administrar o pânico, orientar as pessoas: não corre, se protege, entre em algum lugar. A gente até brincava que ia fazer um treinamento de guerra, mesmo! (Joana, B)

O uso constante desse vocábulo parece refletir o enraizamento da violência urbana no cenário carioca, sendo uma palavra de uso comum à polícia, ao tráfico, ao cidadão comum.

3.5 Do “Eu não tenho sequelas” até o “Eu fiquei tão ruim...”: sobre como a saúde foi afetada pela violência urbana

O ser humano é capaz de adaptar-se ao meio ambiente desfavorável, mas esta adaptação não ocorre impunemente (Levi, 1981)

Do grupo entrevistado, **quatro afirmaram não ter tido a saúde afetada por ter vivido experiências de violência urbana**. Seguem os relatos de Felipe, Joana e João:

É mais revolta, não entrei numa de ficar estressado. Fico revoltado. Eu reajo bem a esse tipo de coisa, não no sentido que “bom que aconteceu”, mas “de novo”, porque que isso não muda? O sentimento que rola acho que é de revolta nas pessoas. Tem pessoas que podem sofrer da saúde ou não. (Felipe, B)

Sinceramente, eu acho que não. Vou falar coisas que eu escuto das pessoas que atuam comigo, assim, de medo de circular, de não conseguir dormir, questões que nunca aconteceram comigo. Eu não sei se por estar exposta no cotidiano antes de atuar nesse campo, mas realmente eu não sinto. Eu tenho esse papel um pouco de conversar, de acalmar as pessoas e tentar convencê-las de que se a gente não fizer isso, a gente vai estar muito mais em risco do que fazendo. (Joana, B)

Hoje graças a Deus eu me considero bastante equilibrado, depois de ter passado dez anos dentro da cadeia. Eu me considero uma pessoa muito equilibrada e não senti nenhum afeto na minha parte mental não. (João, A)

Roberta descreve uma **situação de impotência diante das situações vividas no cotidiano** e ressalta que as **condições de trabalho são muito difíceis** e ela precisa se adaptar, ‘aprender a conviver’ para desenvolver o seu trabalho:

Uma vez eu lembro de ter que ficar convencendo um aluno a não matar a namorada. Porque ele chegou aqui dizendo que ele ia matar a namorada e eu fiquei conversando com ele como se eu tivesse falando da coisa mais natural do mundo. Às vezes ficavam uns meninos conversando sobre como era melhor assaltar, se era com faca ou com revólver. Era mais pesado. Não eram crianças e não eram crianças descoladas desse contexto. Então eu lembro de sair daqui com febre mais de uma vez. Eu lembro a história de uma menina que contou que o marido estava preso e ficava ameaçando ela da cadeia. Ela queria

refazer a vida dela. Ele tava preso a um tempão e ia continuar por outro tempão e ela queria refazer a vida e não podia, porque os companheiros que estavam presos ficavam fazendo mensagens e ele ameaçando matar a família inteira dela. Então era uma situação muito impotente, era muito ruim. Eu lembro que eu saía daqui exausta. Então tiveram vezes que eu saí com febre e tal. Agora essa coisa de ter assim, a saúde alterada, eu acho que acaba que tem uma tensão, que você acaba absorvendo de alguma maneira. Acho que tem uma tensão, tem uma tensão que é de todo pacote. Eu tenho pressão baixa, então já aconteceu de tomar susto, to entrando na [nome da favela], de repente vejo um cara com uma arma, eu tomo um susto. Não é nada que... este cara não está me ameaçando, não é um tiroteio. Mas você toma um susto repentino e a pressão baixa na hora, tipo, e o coração tactactactac... Mas você aprende a conviver, você tá aqui, quer fazer o trabalho e o trabalho tem essas condições. (Roberta, B)

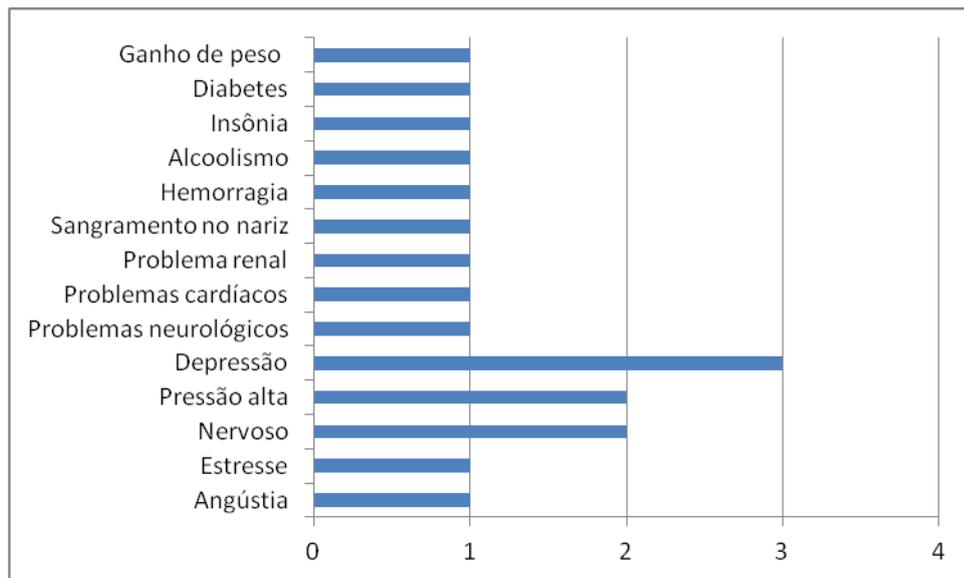
Já Sebastião relata não saber se sua saúde foi afetada ou não e faz uma **relação direta entre experiências de violência que sofreu e o trabalho social que desempenha há alguns anos**. O trabalho aparece, assim, como consequência da violência. Esse aspecto é comum a maioria do grupo.

É o que eu digo, na verdade eu não sei, não tem como, eu não tenho como perceber isso. Talvez tenha tido, mas sinceramente eu não consigo perceber. Mas tem uma coisa que talvez eu consiga perceber que é isso, diante dessas ações foi me gerando um certo sentimento de combater isso. É, acho que foi me gerando essa situação. A questão é bem ampla, não sei, isso foi me gerando uma consciência ao longo do tempo que eu passei a agir assim. Passei a minha vida estudantil na própria atuação, na própria comunidade, na vida social na cidade, foi muito por esse ponto. Talvez se eu não vivesse numa situação dessa, talvez eu não tivesse essa percepção. Então acho que isso já é uma consequência disso [experiências de violência]. (Sebastião, B)

Os demais entrevistados (10 em 14) afirmaram ter tido a **saúde alterada ou prejudicada por conta da violência urbana**. Os problemas estão associados às experiências vividas. As principais doenças, incômodos, problemas mentais destacados nos relatos dos entrevistados podem ser vistos através do Gráfico 1⁹:

⁹ As doenças e sintomas destacados no gráfico são comuns a mais de um entrevistado.

Gráfico 1: Doenças e sintomas presentes nos relatos dos entrevistados



Seguem alguns depoimentos:

Eu sou diabética por causa desse problema que eu tive na favela de você ver as pessoas morrerem, você ver as pessoas apanharem. Eu fiquei com diabetes, nervoso por causa disso. Eu vi muita coisa assim, tinha certas coisas que eu podia botar a mão e ajudar. Tinha outras certas coisas que eu não podia botar a mão nem ajudar, então aquilo foi me deixando... Hoje em dia eu tomo insulina, duas doses de insulina por dia porque a diabetes minha é nervosa. Tenho pressão alta, coisa que eu não tinha antes, não tinha nada. Eu era uma pessoa mais devagar, calma, eu escutava mais. Eu agora sou mais agitada. E é isso que aconteceu. Você passa a ter umas doenças que você não imaginava. (Gilda, A)

Eu uso um monte de drogas hoje. Eu uso droga demais. Eu tomo muito antidepressivo, porque sofri vários atentados, sofri problema neurológico. E aí, de repente, do nada, começa a sair sangue do meu nariz. Eu fiquei traumatizada porque eu fiquei internada um mês e pouco, que eu tive uma hemorragia gástrica por causa de todos os problemas que eu venho sofrendo. De vez em quando aparece um monte de mancha roxa. O médico desconfia que possa ser leucemia (...) Eu tomo Buscopan direto por causa da minha hérnia. Antes eu não tinha nada, levava uma vida normal, eu trabalhava, eu tinha 3 empregos, eu entregava bebida, eu entregava salgado, entregava massa, ainda trabalhava na prefeitura, eu trabalhava no meu centro espírita, eu vivia trabalhando. Aí depois aconteceu isso tudo e aí eu fiquei assim. (Paula, C)

Eu acho que eu tenho até sequela, que às vezes eu me aborreço muito rápido. Acho que isso é um sistema nervoso muito abalado e isso é por

conta daquela vida louca. Tiroteio, de correr, de se esconder, de guerra. Administrar uma boca de fumo, que é administrar a vida dos outros. (Jorge, A)

No relato a seguir, Luiz fala sobre sua mulher e companheira de ativismo, que morreu alguns anos após a morte da filha:

É lógico que teve. A [esposa] morreu de AVC 5 anos depois que a [filha] morreu. Eu tive uma época que eu bebi muito, engordei uns 15, 20 quilos. Mesmo que não afete fisicamente, o emocionalmente tá sempre do seu lado caminhando ali e querendo ir pra baixo, tá sempre puxando pra baixo. (Luiz, D)

A entrevistada Sofia morreu doze dias após a entrevista. Lembro-me que conversamos em um domingo na sua casa. Sua história me chamou a atenção particularmente pelas dolorosas perdas que sofreu. Seu filho mais novo, na época com seis anos, morreu em um acidente perto de casa. O segundo filho, que estava responsável por cuidar do irmão mais novo naquele dia, tentou se matar algumas vezes após o ocorrido. Em seguida, perdeu uma irmã e ficou cuidando de cinco sobrinhos. Destes, um foi preso por tráfico de drogas e permanece preso. Ela tinha uma participação muito ativa em sua comunidade e uma ‘luta’ muito importante e reconhecida pelos moradores locais (ainda que tivesse desavenças com a associação de moradores).

Uma pessoa-chave, a mesma pessoa que me apresentou Sofia, foi quem me telefonou e contou de sua morte prematura. Segundo ela, Sofia morreu de complicações renais, mas acredito que também morreu de descaso e de indiferença, porque percorreu muitos hospitais públicos até conseguir uma vaga. Foi tarde demais para ela.

Segue seu relato sobre como sua saúde foi alterada pelos acontecimentos violentos em sua vida:

Eu perdi meus rins! Eu faço hemodiálise hoje. Eu fiquei tão ruim. O corpo, ele não deu sinal logo, naquilo tudo eu não tinha tempo, o tempo que eu tinha não era pra mim, era pra cuidar deles pra que eles se estabilizassem. Quando eu fui sentir, 2 anos depois que eu fui sentir, meu rim tava parado! Fiquei muito debilitada, fiquei internada um mês e uma semana. Eu sozinha pra aguentar tudo isso. Muita coisa mesmo que eu vivi. Não há corpo que agente. Não há estrutura que agente isso não. Vamos levando a vida, mas não é fácil. (Sofia, C)

Geraldo apontou que quando era da polícia não tinha tempo de ir a médico e achava que isso era perda de tempo. Relata ainda **desconfiança das pessoas a sua volta, com medo de possíveis represálias** ou ‘emboscadas’. Ele começa a falar de saúde logo no início da entrevista:

Hoje eu tenho 41 anos. Até pra pegar um resfriado demorava 20 anos, não tinha noção de resfriado, dor de dente e nada. Depois que eu fui preso, fiquei quatro anos preso, adquiri tudo, veio tudo de uma vez só. Não sei se foi alimentação fraca, não sei o que aconteceu, mas agora eu tenho as doenças todas (...) Em relação à saúde eu achava que nos não tínhamos tempo pra nada. Eu tava com meus dentes perfeitos, tava com minha saúde que, no meu ver, tava perfeito, então não precisava ir no médico. Eu achava que tinha que ficar dentro do carro, era atividade o tempo todo. Acho que isso aí, depois, de um certo tempo, essa aceleração minha, não permitia de eu ver o que tava acontecendo com o meu corpo. A carapaça, esse corpo, tava começando a definhar e já surgindo problemas. Hoje eu to mal. (Geraldo, A)

Dois entrevistados falam sobre **lembranças persistentes** que afloram à mente sem que eles possam controlar e são contadas com muito sofrimento. Parece existir aqui uma relação entre essas lembranças e a saúde mental destes participantes. Nos relatos de Mateus e Geraldo suas lembranças representam muito sofrimento. Ambos foram vítimas e perpetradores da violência urbana, os dois mataram e correram risco de serem mortos algumas vezes.

De vez em quando o que incomodava era isso, as lembranças na cabeça. E é chato você ficar pensando no que aconteceu, é chato. As lembranças que vinham, assim, frequentemente, e a pessoa acaba

ficando até aborrecida. Você se tranca num lugar sozinho. Vem a lembrança de tudo que aconteceu. (Mateus, A)

É o conjunto da obra, que eu costumo dizer. Eu durmo mal, é muita coisa na cabeça. Fica muita perturbação. É muito pensamento que você sabe que aquilo ali é um sonho, só que é tão real, que eu não sei se isso é uma doença, eu consigo identificar tudo o que aconteceu, tim tim por tim tim. Cada detalhe de roupa, tudo vem no meu pensamento. A roupa que a pessoa tava, a roupa da pessoa que tava guerreando comigo, tudo certinho, tudo o que eu vivi, que eu vi, aquilo ali, hoje vem tudo na minha cabeça. (Geraldo, A)

O psicanalista Paulo Endo (2005) pode ajudar a compreender a questão do trauma psíquico em vítimas de violência. Para ele, conviver com o traumático não deixa de ser uma forma de perpetuar as condições excessivas que possibilitam o trauma, de instaurar as condições subjetivas de sua reprodutibilidade, repetindo compulsivamente, o que traumatiza e produz sofrimento:

A violência letal é sempre traumática para o psiquismo e o obriga a uma contra-ação que expulse do corpo e do psiquismo sua presença indelével. Isso não só para aquele que foi atingido diretamente por um ato violento, mas muitas vezes para um número imenso de pessoas que gravitam em torno do acontecimento e da vítima. (p. 287)

O que é excessivo pode vir à tona nos sonhos traumáticos, nas lembranças, nos pensamentos intrusos, nas somatizações, nos relatos de sofrimento acompanhados de um mal estar difuso, onde o indivíduo não se dá conta do que exatamente sofre ou o que o incomoda. E, em casos mais graves, o excessivo ao psiquismo pode aparecer na forma de sintomas mais graves, ocasionando o desenvolvimento de psicopatologias, como Transtorno de Estresse Pós-Traumático, Depressão, Transtorno de Pânico e outras.

3.6 “Do luto à luta”: Formas de enfrentamento do cotidiano violento

♪ Reconhece a queda e não desanima. Levanta, sacode a poeira e dá a volta por cima ♪

(Volta por Cima, Paulo Emílio Vanzolini, 1962)

O título do presente capítulo também foi baseado nos depoimentos que colhi durante a etapa de campo. É preciso esclarecer aqui o jogo de palavras usado. Para os entrevistados, existe o momento do luto, que ocorre logo depois de sofrerem a(s) experiência(s) violenta(s), sendo o ‘tempo do luto’ variável de pessoa a pessoa. E existe também um segundo momento, onde eles respondem à violência urbana (e ao seu próprio sofrimento) criando estratégias, objetivando saídas e chegando a formas de superação. O ativismo se configura, assim, como uma estratégia possível de saída do sofrimento para a luta.

Antes de expor e discutir os temas aqui presentes, retorno a uma das questões motivacionais desta pesquisa, apresentada no capítulo introdutório: que ‘mágica’ acontece com algumas pessoas que são menos ‘impactadas’ pelas situações adversas da vida e, em particular, pelos problemas decorrentes da violência urbana? Existem fatores que ‘protegem’ essas pessoas? Seriam mecanismos individuais e/ou coletivos? Com essas perguntas em mente e com os dados colhidos durante a pesquisa voltei-me para estudos sobre *resiliência*.

Grande parte da literatura nacional e internacional sobre esse assunto foca em estudos com crianças e adolescentes. Neste trabalho não realizei uma investigação sobre a história da vida pregressa dos participantes. Logo, não tenho dados sobre a sua infância e adolescência. Penso, contudo, que os participantes de minha pesquisa são pessoas, em maior ou menor grau, que se enquadram no que a literatura chama de ‘resilientes’ pelas experiências de vida, características da personalidade e formas de enfrentar as adversidades da vida.

Resiliência é um termo que vem do latim *resilie* e significa ‘voltar a entrar saltando’ ou ‘pular para cima’, inicialmente usado na física e engenharias para caracterizar a propriedade do material de retomar a forma ou posição original uma vez cessada a pressão sobre o mesmo. O que aqui trato como resiliência foi uma apropriação que as ciências humanas, principalmente a psicologia, realizou do termo, para caracterizar uma dimensão psicológica relacionada a enfrentar e superar com sucesso eventos estressantes e situações adversas da vida. Neste contexto, a noção de resiliência nasce com o surgimento de relatos inesperados dos sujeitos que sofreram experiências adversas.

Desde o final da década de 70, o conceito de resiliência começou a ser investigado mais profundamente pela psicologia e pela psiquiatria, “designando a capacidade de resistir às adversidades, a força necessária para a saúde mental estabelecer-se durante a vida, mesmo após a exposição a riscos” (Assis, Pesce e Avanci, 2006:18). Nos últimos anos, a noção de resiliência foi ampliada com novos estudos, sendo abordada como um processo dinâmico que envolve a interação entre processos sociais e intrapsíquicos de risco e de proteção. As mesmas autoras apontam que o conceito deve ser relativizado, e o termo ‘superação das dificuldades’, comumente associado à resiliência, não significa escapar inteiramente ileso de situações estressantes enfrentadas na vida. As adversidades deixam maiores ou menores marcas que, por sua vez, são mais ou menos duradouras, de acordo com a forma específica de cada um responder às situações de risco aos quais está exposto. O referencial de superação é particular e subjetivo, variando de pessoa para pessoa, de grupo para grupo, de sociedade para sociedade.

De acordo com este pensamento, encontrei, ao efetuar a pesquisa, pessoas que protagonizaram experiências potencialmente traumáticas (como vítimas diretas e indiretas, e mesmo como autoras de violência), certamente muito sofridas e, embora tenha encontrado respostas bastante interessantes nas formas de ‘enfrentamento’ e ressignificação destas

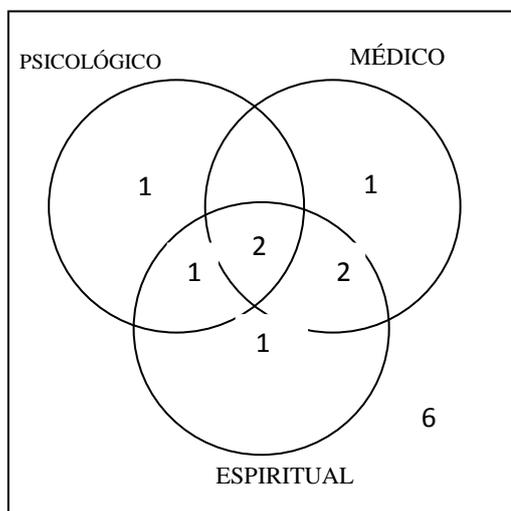
experiências, meus informantes não saíram ‘ílesos’ destas experiências, corroborando a conceituação de resiliência aqui descrita.

A resiliência está baseada em uma atitude saudável frente à vida, e às dificuldades que ela impõe. Os estudiosos do tema concordam que a dimensão individual é um aspecto importante, pois as pessoas respondem de forma diferente às adversidades e às situações de risco, mas inclui também processos externos (Glicken, 2006). Alguns autores reconhecem a resiliência como fator de proteção à saúde (Cordini, 2005) e como característica da saúde mental, excedendo o simples ‘superar’ das experiências adversas (Grotberg, 2005). Contudo, ela nada tem a ver com invulnerabilidade nem com o êxito social, sendo “a arte de navegar nas tormentas” (Cyrulnik, 2003:24). Frederic Flach (1988) aponta a flexibilidade e a versatilidade como principais características da pessoa resiliente. A resiliência não é um estado adquirido e imutável, mas sim um processo cuja construção inicia-se precocemente e continua a ser elaborado, transformando-se ao longo dos anos. A resiliência é um atributo individual e social, gerada no apoio social que o meio proporciona. Esse atributo parece ser nesta pesquisa a base para o ativismo. Está claro que entre os ativistas, muitos são ou possuem características resilientes.

Dos entrevistados que afirmaram ter problemas de saúde decorrentes da violência urbana (de suas experiências diretas ou indiretas de violência), oito fazem ou fizeram algum tipo de tratamento ou procuraram ajuda especializada ou espiritual. Percebi uma forte presença de um componente religioso (de fé, Deus, religião e igreja) em alguns relatos, tanto dos entrevistados que enunciam ter tido problemas com traficantes/policiais/milicianos e problemas de saúde, quanto os que afirmaram o contrário. **A maioria dos entrevistados relata, em diferentes graus, algum tipo de apoio espiritual em suas vidas.** O campo religioso faz parte do imaginário popular e Deus aparece como fonte de harmonia: a análise desses relatos revela que a espiritualidade é uma forma de suportar as adversidades do

cotidiano. Por isso, mantive o apoio espiritual no mesmo patamar que ajuda médica e apoio psicológico. O diagrama a seguir apresenta esses resultados:

Diagrama 2: Tipos de tratamento e ajuda que os entrevistados procuraram



Segue o relato de Jorge, um dos que afirmam nunca ter feito **nenhum tipo de tratamento/busca de ajuda**:

Nada! Menina, to te falando, meu médico era maconha, fumava igual louco. Fumava uns dez baseados por dia, e assim, era o que me deixava mais tranquilo. Que nem o cachimbo da paz, aliviava a cabeça. Hoje não fumo nada, só bebo minha cervejinha, graças a Deus, não sou de ferro, mas hoje nada, não fumo, nada. (Jorge, A)

O depoimento de Jorge revela o seu uso da substância como uma forma de ‘auto-ajuda’ para lidar com a violência vivida.

Seguem agora relatos de entrevistados que afirmaram ter buscado ou recebido algum tipo de ajuda (**espiritual, médica e/ou psicológica**)

Faço tratamento com psiquiatra, tomo antidepressivo. Eu faço tratamento com psiquiatra, psicólogo e gastro. Faço todo tipo de tratamento pra tentar me equilibrar. (Paula, C)

A gente teve apoio de uma psicóloga, durante uns meses, o próprio governo do Estado foi quem pagou o enterro dele e nos cedeu uma psicóloga durante uns meses, mas, depois também tudo caiu no esquecimento e ficou por isso mesmo. (Sofia, C)

Quando dá. Hoje mesmo eu to fazendo um encontro de casais com a minha esposa, na igreja católica. A gente ouve muito o que é paz no casamento, o que é ter paz em casa. Psicologicamente falando, eu tive um acompanhamento dentro do sistema mesmo, mas quando cai fora abandonei tudo. Acho que preciso porque sozinho a gente não consegue acabar com todos nossos fantasmas não. (Geraldo, A)

A pergunta final do roteiro de entrevistas objetivou saber sobre as possíveis formas de enfrentamento da violência urbana entre os ativistas entrevistados. Aqui cabe um comentário sobre como pessoas comuns tornaram-se ativistas. **Algumas pessoas são transformadas por uma experiência de adversidade.** Acredito que no grupo pesquisado, esse ‘gatilho’ foi disparado com as experiências violentas dos participantes desta pesquisa, pois o início da ‘luta’ coincide com as experiências - diretas e indiretas – de violência que sofreram ou perpetraram, misturando-se, assim, à história de vida deles. O ativismo surge em suas vidas como forma diferenciada de enfrentamento da violência urbana; ressignificando as experiências sofridas. Posso dizer que o ativismo é, para alguns deles, uma consequência da violência urbana. Isso explica, contudo, apenas uma parte da questão, pois nem toda vítima de violência torna-se ativista. O ativismo nem sempre é uma consequência direta da violência urbana. Outras saídas são possíveis e é importante esclarecer que a acomodação e a resignação também podem ser estratégias de sobrevivência e as pessoas apresentam reações diferentes frente às experiências adversas.

Na amostra estudada, os participantes ao ressignificarem a violência através do ativismo, deram novos significados ao sofrimento que sentiram. Esses novos significados às experiências dolorosas foi possível graças ao apoio que receberam de familiares, amigos e da própria instituição (que fundaram e/ou se tornaram membros militantes). Os ativistas se tornaram ‘protagonistas de uma causa’ e o ativismo configurou-se em suas vidas como uma

forma de empoderamento. Através dessa atividade eles recebem gratificação e reconhecimento da ‘comunidade’, da família e dos seus pares, passaram a participar de uma rede e tornaram-se pessoas públicas. Estes fatores podem ajudar a aumentar a possibilidade de uma vida melhor, contribuir significativamente na prevenção da doença e promoção da saúde e ainda favorecer ganhos de autonomia.

A lógica interna do grupo pesquisado aponta que, ao contrário do que possa parecer, a atitude de ‘lidar’ com a violência através de estratégias de enfrentamento é um fator de proteção individual.

Apenas dois dos participantes não verbalizaram nenhum tipo de estratégia de enfrentamento. Todos os outros, mesmo aqueles que afirmaram não ter tido problemas de saúde e nem problemas com traficante, policiais ou paramilitares, **apresentam pelo menos uma forma desenvolvida para lidar com o cotidiano violento.** Diante das situações relatadas foi possível perceber a construção de ‘estratégias de enfrentamento’ da violência urbana por parte dos entrevistados. Considero essas formas de enfrentamento uma atitude resiliente.

Os entrevistados que afirmaram não saber se possuem estratégias para lidar (2 em 14), fazem referência a uma **possível naturalização da violência por quem está ‘acostumado’ a viver um cotidiano violento.** Ainda assim, é possível identificar em suas falas mecanismos que chamamos de individuais para lidar com o problema.

Eu acho que é por isso mesmo, é pela história que a gente vem vivenciando. Acho que o subconsciente já está meio que preparado pra isso. Toma cuidado porque um dia você pode ser assaltado, tanto por bandido como por policiais. Eu não sei se tem uma estratégia. Eu acho que é um **conformismo revoltado** (grifo meu). Você vai falar isso pra quem? Você vai chegar na delegacia e falar: “Oh, fui assaltado por um policial!” (Felipe, B)

É interessante a expressão utilizada por Felipe, “conformismo revoltado”, pois articula um aparente paradoxo que é estar conformado e estar revoltado ao mesmo tempo.

Roberta também afirma que não sabe se faz uso de alguma estratégia para lidar com a violência, mas pontua várias atividades que realiza para tentar ‘relaxar’ e seguir adiante com seu trabalho:

Não sei se tinha estratégia não, o máximo de estratégia era ir ver o mar, ver um espaço aberto, um horizonte, dar um mergulho. Mas eu tenho esse recurso. É um escapezinho. (Roberta, B)

As ‘estratégias de enfrentamento’ encontradas nos demais relatos foram subdivididas e categorizadas em estratégias **individuais** e **coletivas**. Alguns participantes possuem diversas formas de enfrentamento e alguns apresentam ainda estratégias individuais e coletivas concomitantemente. O quadro abaixo resume as categorias de análise encontradas, descritas a seguir.

Quadro 2: Categorias de análise: Estratégias de enfrentamento dos entrevistados

INDIVIDUAIS	COLETIVAS
<ul style="list-style-type: none"> A. Buscar ajuda da própria família B. Evitativas <ul style="list-style-type: none"> B.1 Esquecer o que passou (fuga) B.2 Evitar passar em certos locais/ fugir do perigo eminente durante confrontos na favela (fuga) B.3 Uso de substância psicoativa C. Controlar o que passou D. Abrir um pequeno negócio E. Não deixar a filha ser esquecida F. Denunciar G. Tentar uma nova história H. Fazer atividades relaxantes <ul style="list-style-type: none"> H.1 Acupuntura I. Encarar situações adversas com humor J. Buscar ajuda espiritual 	<ul style="list-style-type: none"> A. Ajudar outras vítimas (através (do trabalho/ativismo) <ul style="list-style-type: none"> A.1 Mediar conflitos A.2 Buscar formas para enfrentar a violência urbana) (atuando/prática profissional) B. Tentar estratégias artísticas C. Conscientizar pessoas

Entre as estratégias individuais, apareceram nos relatos formas de elaboração das situações vividas que se configuram em ‘válvulas de escape’ para amenizar o impacto. Há aqui uma coincidência importante com estratégias de *coping* (manejo) encontradas na literatura. Morley Glicken (2006) afirma que o *coping* é um aspecto adicional da resiliência. Michael Gazzaniga e Todd Heatherton (2005) distinguem o *coping* focado na emoção - que envolve tentar não dar uma resposta emocional ao estressor e inclui estratégias como evitação ou distanciamento do problema. Já o *coping* focado no problema envolve dar passos diretos para resolver o problema. Já Simone Assis, Renata Pesce e Joviana Avanci (2006) definem *coping* como as estratégias adaptativas, cognitivas e comportamentais que uma pessoa utiliza frente aos diferentes estresses, avaliados pelo indivíduo como situações que excedem ou sobrecarregam seus recursos pessoais. As autoras encontraram em sua pesquisa sobre resiliência e adolescentes três tipos distintos de *coping*, a saber: *coping* direto; estratégias internas de reflexão sobre os problemas; e formas de evitação envolvidas no gerenciamento das emoções (*coping* de evitação). Essa classificação coincide, em grande parte, com a categorização efetuada nesta pesquisa (sobretudo nas estratégias que chamei de evitativas, de opressão e de denúncia). As referidas autoras afirmam ainda que a forma de encarar problemas varia de pessoa a pessoa, e até em uma mesma pessoa ao longo da vida. Isso pode explicar a diferença entre os participantes de minha pesquisa: os enfrentamentos são muito distintos caso a caso.

Dentre o que classifiquei como estratégias **individuais**, colhi os seguintes relatos:

A. Buscar ajuda na própria família

Essa categoria refere-se aos entrevistados que procuraram apoio em suas famílias, categoria comum a todos da instituição A.

O amor da minha família, minha mãe e meu pai. São pessoas maravilhosas, me educaram, sofreram muito. Meu irmão morreu com 18 anos de idade no tráfico de drogas junto comigo e foi o primeiro

impulso. O segundo foi [a instituição] que se [a instituição] não me desse oportunidade eu não iria largar o crime. (João, A)

B. Evitativas

Essa categoria refere-se aos entrevistados que se esquivam ou ‘fogem’ dos problemas relacionados com a violência urbana.

B.1 Esquecer o que passou

É uma coisa que eu quero tirar da minha cabeça, não quero ficar toda hora lembrando... Quero pensar daqui pra frente, o que eu passei eu quero esquecer ao máximo, por isso que eu evito ficar falando. É uma coisa que mexe muito. (Mateus, A)

B.2 Evitar passar em certos locais/fugir do perigo eminente durante confrontos na favela

Eu tento sempre ir mais por fora, se tá tendo incursão procuro fugir porque a troca de tiros é certa. (Antonio, B)

B.3 Uso de substância psicoativa

Antigamente o que me controlava era a maconha, fumava muita maconha. Então era assim, o que me deixava mais tranquilo pra tocar aquela vida louca e estressada. (Jorge, A)

C. Controlar o que passou

Eu gostaria de dormir hoje e acordar sem esses pensamentos, sem esses arrependimentos. Minha história foi muito ruim e não tem como mudar de uma hora pra outra. Estratégia que eu uso hoje é, eu to encarnando, to botando no corpo, no meu corpo agora uma outra pessoa, tipo assim, eu to sendo revestido por uma outra pessoa pra que eu possa tá esquecendo. Eu to tentando oprimir aquele homem que viveu 12 anos na polícia, 4 dentro da milícia, eu tento oprimir aquele homem, por um homem melhor, por uma coisa melhor. (Geraldo, A)

Boris Cyrulnik (2003) pode ajudar na compreensão das possíveis consequências para a saúde mental dos eventos potencialmente traumáticos. Ele refere que a pessoa ferida deve

modificar seu passado para fazê-lo suportável e lhe dar uma coerência que não tem no real. Gravado na memória pela emoção do estresse, o trauma volta todos os dias, em todos os instantes que a vigília diminui (como ocorrem nas síndromes pós-traumáticas, o que não parece ser o caso de meu entrevistado).

D. Abrir um pequeno negócio

Hoje em dia eu tenho um barzinho. Eu vou lá pro meu canto, ligo o DVD, boto uma música, abro uma cerveja, prefiro esquecer. Escuto uma música que me faz relaxar. É o que eu faço. (Mateus, A)

E. Não deixar a filha ser esquecida

A gente se sentia melhor envolvido com o movimento. O movimento fazia bem pra gente, a *ficha não cai enquanto a gente vai fazendo isso. A ficha era a dor* (grifo meu). A gente conseguiu lidar bem desde que a gente não deixasse a nossa filha ser esquecida, desde que as pessoas lembrassem da [nome da filha]. (Luiz, D)

F. Denunciar

Não ficar em casa porque em casa é pior, tem que sair, tem que denunciar mesmo. (Gilberto, C)

G. Tentar uma nova história (recomeçar)

Orgulho eu tenho hoje da vida bem segmentada, tô hiper tranquilo, fazendo Faculdade de Direito, eu quero me tornar um advogado, eu trabalho de assessor de projetos, eu faço palestras, eu falo da minha experiência de vida para jovens, adolescentes, pra adultos, falo pra todo mundo, e faço questão de explicar, que não tem vantagem alguma a pessoa direcionar a vida dela pro crime. (João, A)

H. Fazer atividades relaxantes

H.1 Acupuntura

Nadar, fazer uma acupuntura. É uma coisa assim. (Roberta, B)

Roberta foi uma das pessoas que afirmou não saber se possui alguma estratégia para lidar com a violência, mas ela relata fazer algumas atividades que considera relaxantes, que aliviam o estresse da atividade que desenvolve.

I. Encarar situações adversas com humor

Há uns quatro anos atrás, quando eu tava solto ainda, não acontecia nada comigo. Agora, minha filha, o negócio tá feio pro meu lado. Mas vamos lá! (Geraldo, A)

É uma característica importante esta das pessoas exporem suas desgraças com humor. Irreverência e bom humor perpassam muitos dos relatos colhidos. Boris Cynulnik (2003) relata que quando a metamorfose da representação (sofrimento em humor) se faz possível, o acontecimento doloroso recorre ao mesmo caminho do teatro ou dos desenhos. Há no humor uma intenção terapêutica que se parece um pouco com a função da negação: fazer os outros acreditarem que a coisa não é tão grave para fazer a si próprio acreditar que não o é. O autor destaca ainda que o humor não é o sorriso zombado da ironia, a negação da agressão e nem a transformação do sofrimento em prazer. Isto parece distanciar ou minimizar a dor que experiências ruins ou adversas podem trazer.

J. Buscar ajuda espiritual

Quem tem me dado força é Deus, que se dependesse de mim mesmo tava lá ainda, no hospital, porque passei maus bocados. (Sofia, C)

Embora esta categoria não tenha surgido diretamente quando perguntados sobre as estratégias de enfrentamento, ela é importante porque perpassou a fala dos entrevistados que se referem, a todo instante, a uma busca ativa por ajuda espiritual/religiosa.

No que se refere às estratégias que convencionei chamar de **coletivas**, obtive que **a maioria dos entrevistados (9 em 14) aponta que a principal estratégia de enfrentamento**

da violência urbana da qual foram vítimas é o trabalho que desenvolvem atualmente para ajudar outras pessoas.

A. Ajudar outras vítimas (através do trabalho/ativismo)

Bem, eu lido da seguinte maneira: eu busco pessoas que estão envolvidas com a criminalidade para ajudar essas pessoas a mudarem de vida. Eu já ajudei diversas. Já coloquei diversas em empresas para trabalhar com dignidade e transformar a vida daquelas pessoas. Eu ajudei aquela pessoa a se socializar, a viver uma vida com dignidade. (João, A)

Entre estes que afirmam que ajudar outras vítimas é uma estratégia para lidar com seu próprio sofrimento, fica clara uma atitude altruísta e empática para com os outros.

A.1 Mediar conflitos

Se o tráfico nos visse como concorrente, já tinha morrido uns dez aqui. Até porque a gente tira um e tem dois querendo entrar. São pessoas incoerentes com uma arma poderosa na mão. Somos mediadores aqui, a gente acredita no ser humano modificador, que com sua presença pode afetar outros. (Jorge, A)

Essa é uma estratégia muito comum entre os ativistas da instituição A, onde a mediação entre pares é procedimento não violento de resolução de conflitos. É bastante comum a mediação de conflitos destes ativistas com o tráfico de drogas local e com a polícia, no sentido de evitar confrontos nas favelas e evitar que pessoas sejam feridas.

A.2 Buscar formas para enfrentar a violência urbana (atuando/prática profissional)

Depois que o [nome do filho] morreu, nesses seis anos, eu trabalhei muito. O que eu posso fazer pela comunidade eu faço. Só que agora não tô tendo muito tempo e espaço, eu não tenho mais horário por causa da hemodiálise. Quando a gente perde um filho, a gente precisa ter uma coisa assim pra substituir e aquilo aguçou em mim, eu tinha que sair pra fazer alguma coisa. E aí foi surgindo esse trabalho, fui

conhecendo pessoas. Entrou na minha vida e ocupou, foi uma parte muito boa porque se não fosse isso eu acho que não dava pra aguentar não. (Sofia, C)

B. Tentar estratégias artísticas

Todas as minhas formas de agir, seja pela arte, escrevo poesia, eu fotografo, eu escrevo artigo, escrevo é diário. Eu tenho blog, eu trabalho [nome do projeto], eu faço parte de um bloco de Carnaval. Às vezes é muito pesado, porque artisticamente é muito bonito você ter uma produção que fale da vida, mas falar da vida no local que eu to colocado também é falar da vida em questões pesadíssimas, (Sebastião, B)

C. Conscientizar pessoas

Trazer a conscientização das pessoas para que amanhã elas não estejam no movimento pela dor, como a [esposa] disse: “vou trocar o meu luto pela luta”. Você trazer uma pessoa sem ela estar com dor, porque ela vai fazer tudo para não acontecer com ela. E essas pessoas elas colaboram muito com a atitude. (Luiz, D)

Foi uma coisa divina que aconteceu na minha vida. Hoje eu não sinto sequelas de nada. Acho que eu tenho é mais experiência mesmo e tenho poder de conscientização. E também por conta do cinema, da televisão, dos jornais, das revistas que eu saio hoje, me blinda de certa forma, porque eu não tenho mais medo, de sofrer uma covardia da polícia, nem do bandido. Hoje eu vou em qualquer área, pode ser do Terceiro Comando, do Comando Vermelho ou do A.D.A., eu não tenho medo. A gente tenta conscientizar da forma que a gente aprendeu a conscientizar no crime. (Jorge, A)

Para finalizar este capítulo, destaco que três entrevistados apresentam um aparente paradoxo entre visibilidade e invisibilidade. Eles contam, de modo explícito, que enfrentar e atuar no campo da violência, estar na mídia e ser reconhecido, ao contrário do que possa parecer, os protege. Para ilustrar, o depoimento de Joana:

Com a minha atuação, eu me sinto mais segura, a visibilidade protege. Eu me sinto mais protegida quando eu estou enfrentando essas questões, do que se eu não tivesse fazendo isso. Que você fala do impacto, é uma questão que não se coloca. Pode ser que um dia eu

sinta, se for trabalhar isso de uma outra maneira, mas no meu cotidiano não é uma coisa que eu sinta que me afeta nesse campo. (Joana, B)

Após ter contato com todas estas histórias – tristes, revoltantes, angustiantes e, é claro, violentas, concluí o que parece óbvio: o transcurso da vida destas pessoas mostrou-se bastante difícil, com experiências extremamente dolorosas. Mas a elaboração dos conflitos humanos e a resiliência permitiram retomar o caminho, apesar de tudo. Uma das coisas que mais me impressionou no conjunto desta análise é a esperança que essas pessoas possuem, a capacidade de continuarem sonhando e lutando por uma cidade melhor.

4. Considerações finais

Habr  un momento político para luchar contra los cr menes de guerra, un momento filosófico para criticar las teorías que preparan esos cr menes, un momento técnico para reparar las heridas y un momento resiliente para retomar el curso de la existencia (Cyrulnik, 2003:215).

Chego ao fim desse trabalho, minha disserta o de mestrado, com a sensa o de sair com mais d vidas do que quando iniciei esta jornada na Pós-Gradua o *stricto sensu*. Assim, optei por terminar com novas perguntas, considerando os limites do que foi exposto aqui e do que foi possível estudar em dois anos intensos e corridos. Entre as muitas questões agora postas, destaco a curiosidade de entender melhor o que faz uma pessoa passar de vítima a ativista. Essa rela o me parece complexa e ainda pouco estudada. Que motiva es estão envolvidas? Que a militância protege/ressignifica/ajuda as vítimas de violência urbana eu não tenho d vidas. Mas o que faz algumas escolherem esse caminho e outras não? O que da própria trajetória está envolvido nesta escolha?

Termino ainda com um certo ‘otimismo realista’, consciente da grave questão da violência urbana e da (falta de) saúde no Rio de Janeiro – e de muitas outras metrópoles brasileiras -, mas compartilhando da esperança de diversos autores que acreditam que a cidade sempre poderá ser diferente do que  , sendo possível torná-la melhor e mais justa.

A partir da leitura e análise do conjunto de dados e informa es obtidos com as entrevistas foi possível traçar um panorama geral sobre a vida dos entrevistados. Pelo número de entrevistas, contudo, não   possível utilizar as informa es para caracterizar todo o conjunto de ativistas sociais da cidade do Rio de Janeiro, de modo que as informa es coletadas se limitam para fins analíticos ao interior do universo estudado. A extrapola o deve ser feita com cuidado e rigor metodológico. Apesar disso, a riqueza das informa es

obtidas revelou informações importantes sobre a dinâmica da vida e do cotidiano dessas pessoas em suas instituições e em suas ‘lutas’.

Um ponto importante a ser destacado aqui é o cuidado que tenho em não estabelecer uma relação direta de causa-e-efeito entre a violência urbana e os impactos na saúde (em específico, na saúde dos entrevistados). Reconheço que muitos outros fatores afetam a saúde e suas condições e que nem todos que vivenciam experiências de violência serão necessariamente impactados. Na fala dos ativistas, outras questões, que estão para além da violência urbana, aparecem: a moradia precária, o desemprego, a história de vida familiar, entre outros. E não apenas outras questões que afetam suas rotinas, mas também outros tipos de violência: a violência institucional, estrutural, simbólica, intrafamiliar, entre outras. Também reconheço que existem diversas outras saídas possíveis para lidar com experiências violentas. Destaquei no meu texto as estratégias de enfrentamento que foram comuns ao grupo pesquisado, mas me parece claro que existem outras, como o uso abusivo de drogas, a acomodação e resignação, que são também formas de lidar e ressignificar as experiências violentas.

Retomando o pressuposto e os objetivos da pesquisa: O que aprendi sobre fé e esperança

Para esta pesquisa, parti do pressuposto que a participação dos indivíduos em ativismos sociais pode servir como forma de enfrentar, elaborar, ajudar ou dar sentido à violência urbana sofrida pelas pessoas. Pretendi investigar se a participação dos indivíduos em ativismos sociais pode ser considerada uma forma de proteção contra esse tipo de violência. Intuitivamente, já imaginava que participar de um ativismo era, sim, uma forma de elaboração dos próprios conflitos de quem já teve experiências violentas. No campo, meu pressuposto foi confirmado. Contudo, reconheço que ele foi pouco aprofundado empiricamente. Não tive tempo de analisar em detalhes as formas pelas quais os ativistas elaboram as experiências que

sofreram. Ainda assim, pude concluir que o ativismo é sim uma forma de proteção psíquica contra a violência urbana e seus efeitos na saúde. Já no que se refere às formas de proteção sociais, para a maioria dos entrevistados o ativismo proporcionou reconhecimento público, empoderamento, liberdade de frequentar diferentes favelas (entre outros fatores), configurando sim uma forma de proteção social contra a violência urbana. Para outros, contudo, o ativismo faz com que socialmente eles estejam tão ou mais expostos à violência urbana quando da época que vivenciaram a experiência violenta. É o caso daqueles ativistas que tentam mediar conflitos entre a polícia e o tráfico ou entre facções rivais do tráfico de drogas. O que chama a atenção deste subgrupo é o fato deles continuarem lutando por uma causa que os expõe a perigo constante.

Ainda no que se refere ao pressuposto desta pesquisa, um aspecto importante diz respeito à tríade: ativismo - violência urbana - saúde. A relação violência e saúde já é consagrada na literatura especializada e também muito clara nesta pesquisa. Já a relação entre ativismo e (promoção ou recuperação da) saúde é mais difícil de estabelecer. Na amostra pesquisada, o ativismo parece reduzir a violência e melhorar a saúde (por se configurar como forma de proteção). Novos estudos serão necessários para afirmar com mais rigor e segurança a relação entre ativismo, violência urbana e saúde.

A novidade que os dados que colhi me apresentaram dizem respeito às formas de superação do problema, que descrevi no capítulo de resultados e chamei de 'estratégias individuais e coletivas', que são estratégias de *coping* (em seus vários tipos) e estratégias características de pessoas resilientes. O ativismo parece ser uma forma de superação das dificuldades (e não apenas no que se refere à violência). Questões que me fazem refletir são: 1) O ativismo é uma forma dos resilientes responderem à violência sofrida ou o ativismo colabora para a resiliência?; 2) Pessoas resilientes procuram os ativismos para lidar com seu sofrimento ou o ativismo torna as pessoas resilientes? E, por fim, 3) Por que algumas pessoas

investem tanta energia em uma causa e outras não? Essas perguntas não podem ser respondidas com esta pesquisa, mas elas se colocam e direcionam para novos estudos.

Outro fator surpresa que os dados me revelaram foi um forte componente de **fé** e a **esperança** nas falas e comportamentos dos entrevistados. E digo que foi uma surpresa para mim porque esperava o exato oposto disso antes de iniciar o campo empírico. Ao escolher trabalhar com um tema ‘pesado’ e, mais ainda, com vítimas desse tema, não imaginava encontrar tanta força para continuar lutando diariamente com aquilo que foi (e em alguns casos, ainda é) motivo de muito sofrimento. Para esse grupo, a ‘crise’ os mobilizou e fortaleceu e a forma que ‘escolheram’ para lidar com a violência já é um sintoma. Eles obtiveram bons resultados em situações adversas e isso tem a ver com superação e com esperança que percebi nos relatos dos entrevistados. Eles conseguiram transformar suas histórias mediante a arte, a palavra, a mediação, a austeridade, a empatia, entre outros pontos.

Retomando o objetivo geral deste projeto, que foi **investigar a participação em um ativismo social como fator de enfrentamento e/ou ressignificação da violência urbana**, concluo que o ativismo surge na história dos participantes como poderoso instrumento de apoio e ressignificação das experiências de violência que sofreram, onde ativismo e ‘proteção’ se configuram como uma ‘via de mão dupla’ na vida dos entrevistados. Ao mesmo tempo em que os ativistas estão mais ‘expostos’ à violência - porque lidam com o tema diariamente e cotidianamente -, o ativismo introduziu na história destas pessoas estratégias de enfrentamento à violência. De forma que tanto o ativismo quanto a própria trajetória de vida podem ser considerados meios de ressignificação, proteção e novas formas criativas de lidar com experiências potencialmente traumáticas. O ‘dar de si’, tão característico das pessoas engajadas em ativismos e movimentos sociais é, para o grupo pesquisado, ajudar os outros e ajudar a si mesmo. A ação individual tem efeitos no coletivo.

Quanto aos objetivos específicos, avalio que pude conhecer bem a vivência da violência urbana contadas em detalhes por eles mesmos. **Conhecer as experiências** – diretas

e indiretas - **de violência dos entrevistados** foi importante para traçar uma relação possível entre essas experiências e as consequências destas na saúde. Além disso, corroborando com a literatura especializada, ficou bastante claro que ‘vítima’ de violência não é apenas quem a sofre. Colhi relatos extremamente doloridos de perpetradores e de expectadores da violência.

No que se refere ao segundo objetivo específico, **estudar as principais formas de enfrentamento da violência** pelos coordenadores, diretores e funcionários entrevistados em cada uma das instituições, foi possível identificar em suas falas diversas formas de enfrentamento, que foram nesta pesquisa classificadas em individuais e/ou coletivas. Estas ‘estratégias’ foram, segundo os próprios ativistas, as formas que eles encontraram de lidar/elaborar/entender/ressignificar as experiências de violência sofridas. A divisão destas mediações ou margens de manobras em ‘estratégias’ individuais e/ou coletivas foi uma classificação arbitrária por mim efetuada, onde chamei de individuais aquelas que o entrevistado realizou (e realiza) sozinho, consigo mesmo; e de coletivas aquelas estratégias que ele utiliza no âmbito público e junto com outras pessoas.

Por fim, sobre o terceiro objetivo específico, **refletir sobre possíveis relações entre as vivências de violência na saúde** desses sujeitos, mais uma vez, corroborando com resultados de outras pesquisas, concluí que a violência afeta diretamente a saúde humana. Pode-se inferir, a partir da análise efetuada, que as doenças/psicopatologias/mal-estar/sintomas encontrados nos relatos dos participantes transcendem o orgânico, o psíquico e o somático: são também da ordem do ‘social’ (uma condição sócio-espacial que repercute na saúde).

Foi possível concluir que a saúde mental é especialmente comprometida pelas experiências de violência urbana. A associação da saúde mental com a violência urbana é direta e visível. Quanto à saúde física, essa relação entre as experiências violentas e as alterações de saúde não podem ser correlacionadas tão diretamente porque, em primeiro lugar, não investiguei a história pregressa dos entrevistados, não sendo possível afirmar se esses efeitos ‘no corpo’ já estavam comprometidos antes do início do trabalho de militância. E, em

segundo lugar, reconheço que diversos outros fatores comprometem a saúde humana, fatores outros que estão para além dos fatores sociais, como é a violência urbana. É preciso apontar aqui que saúde mental e saúde física estão intrinsecamente relacionadas e parece muito claro que alterações ou impactos em uma ou outra atingem o indivíduo globalmente.

Percebo que a relação saúde-doença é resultado de uma complexa interação entre inúmeras variáveis como: experiências potencialmente traumáticas ou muito dolorosa; a resposta subjetiva do indivíduo; fatores de risco e fatores de proteção; e estratégias de enfrentamento. Se as variáveis são muitas, os resultados ('desfechos clínicos') também são diversos, desde o desenvolvimento de doenças potencialmente relacionadas com as experiências violentas até o não desenvolvimento de nenhuma doença.

A saúde como questão do humano é compartilhada por todos os segmentos sociais. No entanto, as condições de vida e de trabalho qualificam diferentemente a maneira pelas quais as pessoas pensarão a saúde e a doença. Assim, para todos os grupos, os conceitos e significados de saúde e doença envolvem uma complexa interação de fatores psicológicos, físicos e sócio-espaciais:

Saúde e doença são fenômenos clínicos e sociológicos vividos culturalmente porque as formas como a sociedade os experimenta cristalizam e simbolizam as maneiras pelas quais ela enfrenta seu medo da morte e exorciza seus fantasmas. Neste sentido, saúde/doença importam tanto por seus efeitos no corpo como pelas suas repercussões no imaginário: ambas são reais em suas consequências (Minayo, 1994a: 78).

De toda maneira, considero que a saúde é um valor importante para o ser humano. Sentir-se bem pressupõe uma complexa articulação entre o físico e o psíquico (dimensão individual) a rede de relações sociais (dimensão coletiva da existência). Dessa forma, a saúde tem um impacto na vida das pessoas. Se considerarmos válido o postulado que afirma que o estado físico se altera em consequência das emoções e das circunstâncias sociais, da mesma

forma é permitido afirmar que todos esses estados são alterados pelo contexto espacial e ecológico.

Limitações do estudo e lacunas para novas descobertas

Há um número expressivo de fenômenos ainda sem teorização adequada. Os estudos sobre os impactos da violência na saúde se enquadram neste perfil de fenômenos. Tamanha a riqueza do tema e a importância das questões abordadas nesse trabalho, sobretudo levando em consideração o ‘laboratório vivo’ que é a cidade do Rio, muitos pontos não puderam ou não foram abordados, ficando em *stand by* para pesquisas futuras.

O material que obtive nas observações em campo e no diário de campo não foi totalmente integrado nos meus resultados, tampouco na discussão. Isso porque não tive tempo disponível e, mais ainda, me faltou experiência de análise desse tipo de material. Utilizei essas duas técnicas com um foco bastante definido: o de entrar na instituição e de alguma forma, ‘ganhar’ ou ‘merecer’ a confiança dos entrevistados.

Entre as limitações do estudo aqui desenvolvido, aponto para a falta de uma análise sobre as diferenças de gênero. Encontrei diferenças significativas também no que se refere ao local de moradia dos ativistas (moradores e não moradores de favelas) e à idade destes. Parecem ser diferenciados também os impactos na saúde e nas formas de enfrentamento quando foco os ativistas separadamente, como agressores, vítimas diretas ou parentes de vítima. Estas categorias, que não foram analisadas nesta dissertação, o serão brevemente quando da publicação deste trabalho. Outro ponto importante que não abordei se refere à motivação. Reconheço que, como psicóloga, a questão motivacional (O que motivou os entrevistados a se tornarem ativistas?) deveria ter sido abordada. Ficou faltando ainda um aprofundamento sobre os ativismos sociais na área da saúde.

Como convite a novos estudos, penso ser fundamental a discussão sobre como os serviços de saúde acolhem (ou não) essa clientela de vítimas de violência. Como o campo ‘psi’ está cuidando dessas pessoas? Está mesmo ‘cuidando’?

Em relação aos serviços públicos de saúde, a pouca procura por tratamento médico e psicológico por parte dos entrevistados deve ser analisado também em função das dificuldades de acesso aos sistemas de saúde no Brasil (pelo funcionamento precário), assim como as dificuldades materiais para chegar às unidades de saúde (custos com passagem, por exemplo), e não apenas como ‘não adesão ao tratamento’, displicência, resistência ou ignorância¹⁰.

Acredito ser importante levantar um ponto para reflexão no que se refere ao serviço prestado por nós, psicólogos, com relação ao nosso saber ‘psi’. Conforme anuncia Magda Dimenstein (2001), embora a entrada do psicólogo nas instituições públicas de saúde tenha ampliado seu campo de trabalho, parece não ter alterado os modelos teóricos e práticos que fundamentam sua atuação – clínica/*setting* terapêutico. Ou seja, não houve uma contextualização, revisão ou até mudança nas suas formas tradicionais de atuar. A psicoterapia continua tendo um lugar privilegiado dentro do campo da assistência pública à saúde, e não sabemos se esta é a maneira mais eficaz de atender essa demanda – a começar pelo pouco tempo e número reduzido de profissionais nos serviços, mas as dificuldades podem ser ainda maiores, como as de se manter um tratamento psicológico a médio e longo

¹⁰ A Prefeitura do Rio de Janeiro, nos últimos dois anos, tem investido na Atenção Básica com os Postos de Saúde da Família (que fazem parte da Estratégia Saúde da Família) e das Clínicas da Família (parte do Programa Saúde Presente). A meta é inaugurar 70 Clínicas da Família até o fim de 2012. Atualmente as Clínicas da Família estão funcionando 29 bairros da cidade, a saber: Anchieta, Bonsucesso, Botafogo (em dois endereços), Campo Grande, Complexo do Alemão, Copacabana, Guadalupe, Engenho Novo, Guaratiba, Ilha do Governador, Inhoaíba, Jacarezinho, Mangueira, Manguinhos, Paciência (em três endereços), Padre Miguel, Pavuna, Pedra de Guaratiba, Penha, Pilares, Realengo, Rocha, Rocinha, Sampaio, São Conrado, Santa Cruz (em sete endereços), Sepetiba, Tomás Coelho e Vargem Pequena. Para outras informações, consultar o site oficial <http://www.riosempresente.com.br/programas/clinica-da-familia>. Estes investimentos públicos podem ser uma possibilidade de ajuda e tratamento. Destaco, contudo, que esses novos programas não são especializados no atendimento às vítimas de violência.

prazo, a falta de recursos para os usuários chegarem até as unidades de saúde, entre outros entraves.

Referências consultadas

- AFROREGGAE. Disponível em: <<http://www.afroreggae.org>>. Acesso em 24 de julho de 2011.
- AMARO, Marcia Caroline; ANDRADE, Selma; GARANHANI, Mara (2010) A violência sob o olhar de lideranças comunitárias de Londrina, Paraná, Brasil. Saúde Soc., São Paulo, v. 19, n 2, p. 302-309.
- ANTUNES, Ricardo (1995) Adeus ao trabalho. Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez.
- ARAÚJO, Fábio Alves (2005) Práticas de luto reivindicativas de justiça: a experiência das Mães de Acari. Caderno e Saúde Coletiva, 10(2): 409-418.
- ASSIS, Simone Gonçalves de; PESCE, Renata Pires, AVANCI, Joviana Quintes (2006) Resiliência: Enfatizando a proteção dos adolescentes. Porto Alegre: Artmed.
- BARDIN, Laurence (1977) Análise de conteúdo. Lisboa: Persona.
- BIRMAN, Joel (2001) Mal-estar na atualidade: A psicanálise e as novas formas de subjetivação. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BORGES, Livia de Oliveira ; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime (2004) O mundo do trabalho. In: José Carlos Zanelli; Jairo Eduardo Borges-Andrade; Antonio Virgílio Bittencourt Bastos. (Org.). Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil. 1ª Ed. Porto Alegre: Artmed Editora.
- BRASIL (2000) Resolução CFP nº 016/2000. Dispõe sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos. Brasília, DF.
- BRASIL. Ministério da Saúde. (2001) Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências. Brasília: Ministério da Saúde.
- BRASIL. Ministério da Saúde. (2005) Plano Nacional de Redução Acidentes e Violências. Brasília: Ministério da Saúde.
- CANO, Ignacio; LOOT, Carolina (2008) Seis por meia dúzia? Um estudo exploratório sobre o fenômeno das chamadas 'milícias' no Rio de Janeiro. In: Justiça Global (org) Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Justiça Global/ Fundação Heinrich Böll.
- CASTRO, Claudia (2011) Gabriela sou da paz. Rio de Janeiro: Litteris.
- CORDINI, Mabel (2005) La resiliencia em adolescentes Del Brasil. Revista Latinoam. Cienc. Soc. Niñez juv., 3(1): 97-121.

- CORNELIUS, Castoriadis (1982) A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e terra.
- CORRÊA, Roberto Lobato (1989) O espaço urbano. Rio de Janeiro: Editora Ática.
- CORRÊA, Roberto Lobato (1995) Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Ina Elias de *et al* (orgs) Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand.
- CYRULNIK, Boris. (2003) Los patitos feos. La resiliencia: una infancia infeliz no determina la vida. Bracelona: Gedisa editorial.
- DEJOURS, Christophe (2004) Subjetividade, trabalho e ação. Rev.Produção, São Paulo, v. 14 n° 3, p. 027-034, set/dez. São Paulo.
- DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna (1994) Handbook of qualitative research. Thousand Oaks: Sage Publications;
- DESLANDES, Suely Ferreira (2005) Trabalho de campo: construção de dados qualitativos e quantitativos, In: MINAYO, Maria Cecilia de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilza Ramos de (org) Avaliação por triangulação de métodos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- DIMENSTEIN, Magda (2001) O Psicólogo e o Compromisso Social no Contexto da Saúde Coletiva. Psicologia em Estudo, v. 6, n. 2. Maringá, pp. 57-63.
- ENDO, Paulo César (2005) A violência no coração da cidade: um estudo psicanalítico. São Paulo: Escuta e FAPESP.
- FERNANDES, Fernando Lannes (2009) Violência, medo e estigma: Efeitos sócio-espaciais da 'atualização' do 'mito da marginalidade' no Rio de Janeiro. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- FLACH, Frederic (1988) Resiliência: A arte de ser flexível. Rio de Janeiro: Editora Saraiva.
- GABRIELA SOU DA PAZ. Disponível em: <<http://www.gabrielasoudapaz.org>>. Acesso em 24 de julho de 2011.
- GAZZANIGA, Michael; HEATHERTON, Todd (2005) Ciência Psicológica: mente, cérebro e comportamento. Porto Alegre: Artmed.
- GLICKEN, Morley (2006) Learning from resilient people: Lessons we can apply to counseling and psychotherapy. California: Sage Publications.
- GOMES, Romeu (2010) Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M.C.S. (org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29 ed. Petrópolis: Vozes.
- GROTBERG, Edith Handerson. (2005) Novas tendências em resiliência. In MELILLO, Aldo; OJEDA, Elbio Néstor (org) Resiliência: Descobrimos as próprias fortalezas. Porto Alegre: Artmed.

- HUYSSSEN, Andreas (2000) Seduzidos pela memória. Rio de Janeiro: Aeroplano.
- JUNIOR, José (2006) Da favela para o mundo: A história do Grupo Cultural AfroReggae. Rio de Janeiro: Ediouro.
- LEITE, Márcia Pereira; BIRMAN, Patrícia (orgs). Um mural para dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- LEVI, Lennart (1981) Society, stress and disease. London: Oxford university Press
- LÉVY-STRAUSS, Claude (1975) Antropologia estrutural. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro.
- LIMA, Roberto Kant de (1985) A antropologia da academia: Quando os índios somos nós. Rio de Janeiro: Vozes.
- MACIEL, Maria Regina, SANTOS, Luciana Oliveira (2004) Novas configurações subjetivas: um estudo sobre o pânico e a depressão. Cader. saú. Coletiva, Rio de Janeiro, 12(1): 41- 55.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (1994a) O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (1994b) A violência social sob a perspectiva da saúde pública. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 10, p. 7-18.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (2003) A violência dramatiza causas. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. (org.) Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (2006) A inclusão da violência na agenda da saúde: trajetória histórica. . Ciênc. Saúde Coletiva, abr./jun., v.11 n. 2, p. 375-383. Disponível na internet em mai/2009: www.scielo.br
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (2008) desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 11ª ed. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (2009). Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde individual e coletiva. In: NJAINE, Kathie; ASSIS, Simone Gomes e CONSTANTINO, Patricia (Orgs.) Impactos da Violência na Saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ-EAD/ENSP.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (2010) Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, Maria Cecília de (org), DESLANDES, Suely Ferreira e GOMES, Romeu. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 29ª ed. Petrópolis: Vozes.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. SIM - Sistema de informações sobre mortalidade. Departamento de Informática do SUS – DATASUS.

- NUNES, Monica (2005) Idiomas culturais como estratégias populares para enfrentar a violência urbana. Ciênc. Saúde Coletiva, 10(2):409-418. Disponível na internet em mai/2009: www.scielo.br
- NUNES, Edson de Oliveira (org) (1978) A aventura sociológica. Objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar editores.
- OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. Disponível em: <http://www.observatoriodefavelas.org.br>. Acesso em 24 de julho de 2011.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. (2002) Relatório Mundial sobre violência e saúde. Brasília: OMS/Opas.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. (1996) CID-10. Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde. São Paulo: EDUSP.
- PERES, Maria Fernanda Tourinho (2006) Violência e saúde no Brasil. In: Mello, Marcelo Feijó de; BRESSAN, Rodrigo Affonseca., ANDREOLI, Sérgio Baxter; MARI, Jair de Jesus. Transtorno de estresse pós-traumático- Diagnóstico e tratamento. São Paulo: Manole.
- RAMOS, Silvia (2007) Respostas brasileiras à violência e novas mediações: o caso do Grupo Cultural AfroReggae e a experiência do projeto Juventude e Polícia. Ciênc. Saúde Coletiva, 11 (sup); 1303-1311. Disponível na internet em mai/2009: www.scielo.br
- REDE CONTRA VIOLÊNCIA. Disponível em: <http://www.redecontraviolenca.org>. Acesso em 24 de julho de 2011.
- SILVA, Jailson de Souza; FERNANDES, Fernando Lannes; BRAGA, Raquel Willadino (2008) Grupos criminosos armados com domínio de território. In: Justiça Global (org) Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Justiça Global/Fundação Heinrich Böll.
- SILVA, Luiz Antonio Machado da (2004) Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. Soc. Estado, vol. 19, n 1 Brasília jan/jun 2004.
- SLUZKI, Carlos (1997) A rede social na prática sistêmica: alternativas terapêuticas. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon; MIRANDA, Deyse; BORGES, Dorian (2006) As vítimas ocultas da violência na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- SOARES, Luiz Eduardo (2003) Prefácio. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- SONODA, Katerine da Cruz Leal (2008) Violência urbana, psicopatologias e doenças psicossomáticas. Trabalho apresentado e publicado nos Anais da XXX Jornada de Iniciação Científica, Artística e Cultural da UFRJ, realizada no Rio de Janeiro – RJ.

- SONODA, Katerine da Cruz Leal (2009) Experiência de pesquisa em favelas cariocas: articulação possível entre saúde e violência urbana? Trabalho apresentado e publicado nos anais da III Mostra Regional de Práticas em Psicologia, realizado no Rio de Janeiro – RJ.
- SONODA, Katerine da Cruz Leal (2009) Espaço urbano, violência e sofrimento psíquico: a cidade e o medo. Trabalho apresentado e publicado nos anais do X Encontro Nacional da ABRAPSO, realizado em Olinda – PE.
- SONODA, Katerine da Cruz Leal. (2010) Violência urbana e mal-estar psíquico: Uma investigação com líderes comunitários residentes na cidade do Rio de Janeiro. Monografia apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- SONODA, Katerine da Cruz Leal. (2011) Efeitos da violência urbana na saúde mental de líderes comunitários no Rio de Janeiro: Desafios para a saúde coletiva. Trabalho apresentado e publicado nos anais do 7º Congresso Norte e Nordeste de Psicologia, realizado em Salvador – BA.
- SOUZA, Elza Maria, GRUNDY, Emily. (2004) Promoção da saúde, epidemiologia social e capital social: interações e perspectivas para a saúde pública. Cadernos de saúde pública, Rio de Janeiro, v.20, n. 5, p. 1354-1360.
- SOUZA, Edinilza Ramos de; MINAYO, Maria Cecília (orgs.) (2005) Impacto da violência na saúde dos brasileiros. Brasília: Editora do Ministério da Saúde.
- SOUZA, Edinilza Ramos de e LIMA, Maria Luiza Carvalho de (2006) Panorama da violência urbana no Brasil e suas capitais. Ciênc. saúde coletiva, vol.11, n.2, p.363-373. Disponível na internet em Nov/2008: www.scielo.br.
- SOUZA, Marcelo Lopes de (1996a) Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual. São Paulo: Ática.
- SOUZA, Marcelo Lopes de (1996b) As drogas e a “Questão Urbana” no Brasil: A dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxicos. In: CASTRO, Iná Elias de *et al.* (orgs). Questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- SOUZA, Marcelo Lopes de (2005) O desafio metropolitano. A problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- SOUZA, Marcelo Lopes de (2006a) A Prisão e a Ágora: Reflexões em torno da Democratização do Planejamento e da Gestão das Cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- SOUZA, Marcelo Lopes de (2006b) Clima de guerra civil? Violência e medo nas grandes cidades brasileiras. In: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de (org.): Que país é esse? São Paulo: Globo.
- SOUZA, Marcelo Lopes de (2006c) Together with the state, despite the state, against the state: Social movements as 'critical urban planning' agents. City, v. 10, p. 327-342.

- SOUZA, Marcelo Lopes de (2008a) Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil
- SOUZA, Marcelo Lopes de (2008b) Ativismos sociais e espaço urbano: um panorama conciso da produção intelectual brasileira. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice. (Org.). O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (II). Rio de Janeiro: Lamparina, 2008, v. II.
- SOUZA, Marcelo Lopes de (2009a) "Social movements in the face of criminal power: The socio-political fragmentation of space and 'micro-level warlords' as challenges for emancipative urban struggles". City, v. 13, p. 26-52.
- SOUZA, Marcelo Lopes de (2009b) "Introdução: A 'nova geração' de movimentos sociais urbanos - e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto". Cidades (Presidente Prudente), v. 6, p. 9-26.
- SOUZA, Marcelo Lopes de (2009c) "Território" da divergência (e da confusão): Em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.). Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos. 1 ed. São Paulo e Presidente Prudent: Expressão Popular, 2009, v. , p. 57-72.
- SOUZA, Marcelo Lopes de, RODRIGUES, Glauco Bruce (2004) Planejamento urbano e activismos sociais. São Paulo: UNESP.
- TEIXEIRA, Eduardo Henrique & DALGALARRONDO, Paulo (2006). Crime, diagnóstico psiquiátrico e perfil da vítima: um estudo com a população de uma casa de custódia do estado de São Paulo. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, vol.55, n.3, 192-194. Disponível na internet em Nov/2008: www.scielo.br.
- TEIXEIRA, Eduardo Henrique *et al* (2007) Esquizofrenia, psicopatologia e crime violento: uma revisão das evidências empíricas. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, vol. 56, n. 2, 127-133. Disponível na internet em Nov/2008: www.scielo.br.

Anexo - Roteiro de entrevista semi-estruturado

Nome do entrevistador: Katerine Sonoda

Data da entrevista: __/__/__

Local: _____

Iniciais do entrevistado: _____

Sexo: __ Idade: __

- 1) O que você faz atualmente no AfroReggae/Observatório/Rede/Instituto Gabriela Sou da Paz? Há quanto tempo?
- 2) Como é para você participar dessa instituição/ONG?
- 3) Você acredita que a violência afeta o cotidiano das pessoas onde você atua ou vive? Como? E a violência especificamente urbana?
- 4) Já vivenciou alguma experiência de violência urbana? Poderia relatar?
- 5) Já teve problemas com traficantes de drogas/polícia/paramilitares (“milícias”) no exercício do seu trabalho ou na sua vida pessoal? Poderia relatar?
- 6) O(s) acontecimento(s) alterou(raram) de alguma maneira suas atividades diárias?
- 7) Como você ficou após estes acontecimentos? Sua saúde foi afetada? Você procurou algum tipo de ajuda?
- 8) O que você fez para lidar com a violência que sofreu/conviveu?

Outras observações do(a) entrevistado(a):